

ISSN 1667-1885



PADECEME



ESTRATÉGIAS DE DEFESA

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

(ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO)

v. 10 N. 19 - 02/2017

PADECEME

02/2017
Rio de Janeiro



ISSN 1677-1885

PADECEME	Rio de Janeiro	v. 10	n. 19	p. 01-85	02/2017
----------	----------------	-------	-------	----------	---------

© 2017 PADECEME

A PADECEME é uma publicação semestral da Divisão de Doutrina da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), de natureza acadêmica, sem fins lucrativos, baseada na política de acesso livre à informação.

Endereço e Contato

Praça General Tibúrcio, 125, Praia Vermelha, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. - CEP: 22290-270.
Tel: (21) 3873-3825 / Fax: (21) 2275-5895
e-mail: padecemonline@eceme.ensino.eb.br

Os textos publicados não refletem, necessariamente, a opinião da ECEME ou do Exército Brasileiro.

Comandante da ECEME

Gen Bda **RICHARD** FERNANDEZ NUNES

Editor

Ten Cel Art JOÃO RICARDO DA CUNHA **CROCE** LOPES

Comissão Editorial

CEL CAV FLAVIO ROBERTO BEZERRA **MORGADO**

Ten Cel ENG EMERSON DA SILVA **MORAES**

Ten Cel INF TIAGO CORRADI **JUNQUEIRA** PINTO

Ten Cel CAV **PAULO** RODRIGO SANTOS **CAMPOS**

Ten Cel ART JOÃO RICARDO DA CUNHA **CROCE** LOPES

Ten Cel MB CESAR **JACKSON** SILVA SOUSA

Ten Cel ONA-Espanha JESUS ANGEL **PADIN** LEIRACHA

Maj ONA-EUA ANDREW PHILIP **SANDERS**

Diagramador e Designer Gráfico

Ten Cel Art JOÃO RICARDO DA CUNHA **CROCE** LOPES

Propriedade Intelectual

Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons do tipo atribuição BY-NC-SA 4.0.

Editoração

Divisão de Doutrina da ECEME.

Impressão

Seção de Editoração Eletrônica - SEDEL.

Design gráfico da capa

Divisão de Doutrina da ECEME.

Foto da capa

Montagem - PINTERES.COM

Tiragem

400 exemplares (Distribuição Gratuita)

Disponível também em: <www.eceme.ensino.eb.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP):

P123 PADECEME. — N. 01- . — Rio de Janeiro: ECEME,
2002- . v. : il.; 23 cm.

Semestral

Publicada dos n.1-14 com o título PADECEME entre os anos de 2002 e 2007, volta a ser publicada com o mesmo título em 2015, dando sequência a sua numeração.
ISSN : 1677-1885

1.DOUTRINA MILITAR. 2. DEFESA. I. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Brasil).

CDD 355

Editorial

PREZADOS LEITORES,

A CONJUNTURA INTERNACIONAL TEM PASSADO POR CONSIDERÁVEIS MUDANÇAS AO LONGO DESTA DÉCADA, PARTICULARMENTE NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS, QUE TÊM SINALIZADO A NECESSIDADE DE ACURADA OBSERVAÇÃO DOS CENÁRIOS GEOPOLÍTICOS E DE AGUDA INTERPRETAÇÃO DE SEUS REFLEXOS PARA FORMULAÇÕES ESTRATÉGICAS CAPAZES DE ORIENTAR DISPOSITIVOS DE DEFESA AO REDOR DO MUNDO.

SE, NO NÚMERO ANTERIOR, ENFOCAMOS OS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO EXPERIMENTADOS POR FORÇAS ARMADAS DE DIVERSOS PAÍSES, NESTA EDIÇÃO DA REVISTA DO PADECEME ABORDAMOS ALGUMAS ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE SEGURANÇA E DEFESA, BEM COMO ESTRATÉGIAS MILITARES DECORRENTES, PARA A CONSECUÇÃO DE OBJETIVOS COMPATÍVEIS COM OS DESAFIOS TRAZIDOS PELA ORDEM MUNDIAL EM FRANCA REESTRUTURAÇÃO.

PRELIMINARMENTE À ANÁLISE DESSAS ESTRATÉGIAS, APRESENTAMOS A METODOLOGIA EMPREGADA NO CURSO DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E ALTA ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO (CPEAEx) PARA O PLANEJAMENTO DA GESTÃO DE CRISES NO NÍVEL POLÍTICO-ESTRATÉGICO. EM SEGUIDA, CONTAMOS COM A COLABORAÇÃO DE OFICIAIS DE NAÇÕES AMIGAS - INSTRUTORES E ALUNOS DA ECEME - E COM A EXPERIÊNCIA DE INSTRUTORES DA ESCOLA EM MISSÕES NO EXTERIOR, PARA TRATARMOS, EM DETALHES, DAS ESTRATÉGIAS DA CHINA, DA ESPANHA, DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, DO PARAGUAI E DA RÚSSIA.

RESSALTANDO A DIMENSÃO INTERNACIONAL ALCANÇADA PELA ECEME, ENCERRAMOS ESTA PUBLICAÇÃO COM A REFLEXÃO DOS ALUNOS ESTRANGEIROS DO CURSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CIEE) ACERCA DA VISÃO QUE LHEIS FOI PROPORCIONADA SOBRE DISTINTAS EXPRESSÕES DO PODER NACIONAL E DA OPORTUNIDADE DE INTERCÂMBIO DE IDEIAS VIVENCIADA NO BRASIL.

POR FIM, REGISTRO PREITO DE GRATIDÃO AOS COLABORADORES DESTA EDIÇÃO E RECOMENDO AOS INTERESSADOS NA TEMÁTICA PROPOSTA E AOS ATUAIS E ANTIGOS INTEGRANTES DA ESCOLA ATENÇÃO À NOTÓRIA RELEVÂNCIA DOS ARTIGOS AQUI CONTIDOS, PERFEITAMENTE ALINHADOS COM AS COMPETÊNCIAS DESENVOLVIDAS NO PROCESSO PEDAGÓGICO CONDUZIDO PELA ECEME.

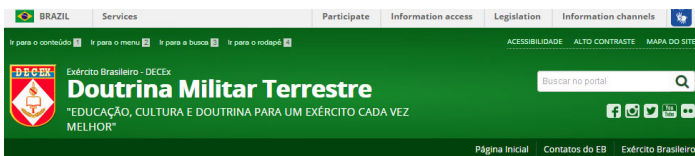
UMA VEZ MAIS, BOA LEITURA.

GENERAL DE BRIGADA **RICHARD FERNANDEZ NUNES**
COMANDANTE DA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
(ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO)

Para manter-se atualizado sobre os assuntos relativos à
Doutrina Militar Terrestre acesse:

Departamento de Educação e Cultura do Exército
- Portal da Doutrina -

<http://www.doutrina.decex.eb.mil.br/>



Centro de Doutrina do Exército

<http://www.cdoutex.eb.mil.br/>



SUMÁRIO

Uma Metodologia para o Planejamento da Manobra de Crise no Nível Político-Estratégico Coronel R/1 JOSÉ LUCAS DE SILVA	6-12
Estratégia Militar da China para o Século XXI Coronel PAULO ROBERTO DA SILVA GOMES FILHO	13-24
A Estratégia de Segurança Nacional da Espanha Tenente Coronel Ex Esp JÉSUS PADIN	25-36
The US National Military Strategy: US Army Support To National Military Objectives Major Ex USA ANDREW SANDERS	37-47
La Estrategia Nacional de Defensa de Paraguay Major Ex Par ANTOLIN CORONEL	48-56
A Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa até o ano de 2020 Tenente Coronel JOÃO RICARDO da CUNHA CROCE LOPES	57-72
New Perspectives: Reflections from the Brazilian Army Strategic Studies International Course (BASSIC) and Strategic Studies Trip (SST) Coronel Ex USA MARK STIEFBOLD	73-83

UMA METODOLOGIA PARA O PLANEJAMENTO DA MANOBRA DE CRISE NO NÍVEL POLÍTICO-ESTRATÉGICO

Coronel R/1 JOSÉ LUCAS DE SILVA¹

Não é simples estabelecer uma forma universal para a abordagem do planejamento político-estratégico numa crise no nível mais elevado do Estado Nacional. Os conflitos, com suas dialéticas, apresentam-se de modos distintos, não assegurando um modelo padrão para os operadores da crise. É por isso que muitos estudiosos consideram que crise não requer um manual, mas uma teoria ou um tratado. Nas Escolas e Institutos que formam recursos humanos para as lides das tarefas ligadas ao Estado, no seu mais elevado nível, parece ser válido estabelecer um processo escolar que possibilite melhor estudar a crise.

Não é objetivo deste artigo apresentar os conceitos de termos já consagrados pelo estudo da Política e da Estratégia e nem abordar as técnicas que são utilizadas numa manobra de crise. O que se deseja é apenas relatar um modelo escolar de método aplicado para a resolução de uma crise político-estratégica.

Após observar a aplicação do exercício escolar de manobra de crise no Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), em diversas oportunidades, foi possível estabelecer uma sequência de abordagem metodológica para auxiliar o planejador na resolução de crises no mais alto nível.

Não existe um limite bem definido que separe a situação de crise da situação normal em um Estado. É mais certo considerar uma “área fronteiriça”, uma vez que a crise, em geral, tem sua origem em tempo de paz. Os Estados Nacionais naturalmente vivem em constante conflito com os demais. A partir do momento em que uma contenda ameaça seriamente os interesses nacionais, num ambiente incerto e complexo capaz de apresentar riscos eminentes, a crise político-estratégica, então, passa a se configurar, requerendo a atenção específica para cada caso.

Talvez o que mais caracteriza o momento do início da crise sejam as **pressões** e **pressões dominantes** que incidam diretamente nos objetivos fundamentais do Estado. E estes passam a encarar como **desafio** as respostas e ações que

¹ O autor é instrutor da ECEME, Coordenador das disciplinas Política e Estratégia

necessitam apresentar em favor do interesse do Estado.

Neste momento é oportuno instituir um **gabinete de crise** valendo-se de um conselho de alto nível para legitimar as análises e decisões a fim de encontrar uma solução para o conflito. Esse gabinete deve ser assessorado com o trabalho de analistas que já vinham acompanhando a conjuntura e elaborando cenários. A partir de então, o gabinete procura visualizar para onde pode prosseguir a crise a fim de evitar uma evolução descontrolada. Por isso é importante registrar as **tendências** e as **ameaças** e anotar os **fatores de risco**.



Figura 1 – Exemplo de Gabinete de Crise (Reunião do CESIR nas olimpíadas Rio 2016).

Não se deve deixar de lado o estudo das **forças** presentes e das características dos **atores** relevantes, com seus respectivos **interesses** declarados e deduzidos, com a valorização que é atribuída a estes, e a **liberdade de ação** de que dispõem para a conquista de seus **objetivos**. O estudo dessa parte pode ser complementado com a observação de aspectos intrínsecos da(s) sociedade(s) contradita(s), como a **vontade nacional**, a **cultura estratégica**, o **pensamento político-estratégico** e a **personalidade do líder**.

A elaboração de um **diagrama de relações** resume o arco de influências dos atores presentes na crise, indicando as questões da **competição**, da **cooperação**, da **influenciação** e das **alianças** para melhor analisar as possibilidades comparativas que requer a situação.

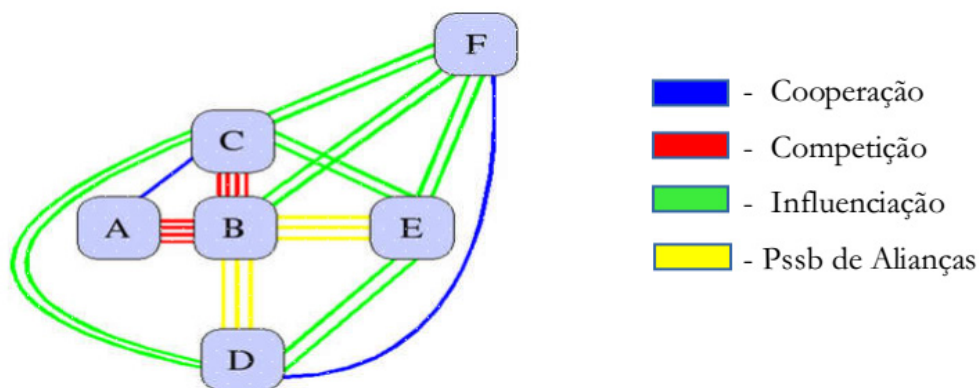


Figura 2 – Exemplo de Diagrama de Relações

Depois de todos os dados levantados e analisados, é necessário definir uma **concepção política** e a conseqüente **concepção estratégica** que possibilite a **manobra de crise**, propósito maior de quem opera uma crise no nível político-estratégico. Além da consideração de todos os dados já levantados, o estabelecimento do **objetivo político**, que pode vir acompanhado de **objetivo(s) político(s) secundário(s)**, é resultado da conjugação de todas as informações, bem como da análise do **centro de gravidade** respectivo, sem deixar de considerar o **tempo** como fator primordial.

Se necessário, o poder político deve marcar para a diplomacia os **limites de negociação** (mínimos e máximos) no contexto dos objetivos estabelecidos e correspondentes às **normas de comportamento político** aplicada a cada ator. Essas normas dizem respeito aos procedimentos de **escalar, estabilizar ou distender** a crise de acordo com os objetivos políticos.

Na seqüência, a estratégia atua relacionando o jogo dialético entre os opositores, levando em conta os **fatores de riscos**, a **análise das relações**, o **tempo disponível** e a nossa **liberdade de ação**, procurando ajustar “o que” e o “como”, num processo estratégico e criativo. O resultado são as **ações estratégicas** para se chegar ao objetivo.

Didaticamente, essas ações podem estar enquadradas nas formas tradicionais de solução de conflitos como: **negociação, compulsão e violência declarada** com suas respectivas **opções**.

Como **resolução** final, o poder político define o **estado final desejado**, determina as **regras de comportamento** (nível político-estratégico) adequadas à situação, expede e difunde **diretrizes** e prepara a necessária **informado à sociedade (nacional e internacional)**.

Em resumo, o **forças** pode ser assim descrito:

1 - MONITORAMENTO DE CENÁRIOS

Trata do acompanhamento que deve ser realizado, visando a conjuntura internacional, regional e nacional, identificando as ameaças e oportunidades, bem como levando em consideração a **nossa situação**, vulnerabilidades e possibilidades diante do poder nacional. O estudo e o desenvolvimento de cenários prospectivos, com a análise de fatos portadores de futuro e identificação daqueles que têm potencial e que podem gerar crises, é de fundamental importância.

2 - IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO CONFLITIVA

Esse é o momento em que se reconhece uma situação de crise. Na verdade, não existe uma linha definidora para se estabelecer o início de uma crise político-estratégica. Ela nasce diante das circunstâncias. É necessário identificar na cena atual, com a percepção inicial dos fatos, as **pressões** (e **pressões dominantes**) que incidam sobre o estado. Visa caracterizar a situação de crise e o(s) **desafio(S)**. Nesta fase deve-se visualizar as **tendências** do conflito, os possíveis desdobramentos e **fatores de risco**.

A conclusão desta fase incide sobre a caracterização do quadro de crise, com sua definição e catalogação das ameaças presentes.

3 - CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES E O DIAGRAMA DE RELAÇÕES

É necessário evidenciar quem, com relevância, está envolvido na situação de crise. São os **atores** (principais e secundários) que devem ser identificados com seus respectivos **interesses** (ostensivos e deduzidos) e **valor**, com base nos precedentes históricos e nos fatos da cena atual.

Nesta análise, inclui-se as considerações a respeito da **cultura estratégicas**, representada pelo (a)(s):

- **Fundamentos** do ator (ou seu pensamento político-estratégico);
- Identificação do valor da **vontade nacional** (adesão e união incontestes do povo);
- Perfil da **personalidade do líder** (determinação; aversão ao risco; comunicabilidade; ideologia; experiência; conhecimento; liderança efetiva; outras);
- **Liberdade de ação** (liberdade para atuar, não obstante restrições existentes).

Ainda nesta fase, procura-se concluir sobre a situação atual do **poder nacional** de cada ator, na sua expressão **política** (conjuntura política, poderes do estado, forças políticas presentes, oposição, política externa, corpo diplomático, ligações e influências políticas, outros); expressão **econômica** (base econômica capaz de sustentar demandas objetivas do interesse em jogo); e expressão **militar** (capacidades no setor de **defesa**).

Nesta fase, é importante concluir sobre a percepção das ligações entre cada ator, definindo as questões da competição; cooperação; Influenciação; e, possibilidade de alianças. Pode ser representada por um **diagrama de relações** ou um gráfico do tipo **sociograma**. Contribui, ainda para aprofundar o estudo da percepção sobre oponentes, suas possibilidades e a análise comparativa com a nossa situação.

4 - CONCEPÇÃO POLÍTICA E ESTRATÉGICA PARA A MANOBRA DE CRISE

Define, na concepção política, o **objetivo político** (principais e secundários), visualizado com base na análise do **centro de gravidade**, e estabelece os **limites mínimos e máximos** para o caso da utilização do procedimento da **negociação**. Para cada ator, estabelece qual a **norma de comportamento político**: Escalar, Estabilizar ou Distender deve ser estabelecida.

Na concepção estratégica, é estudado o chamado “jogo da guerra” relacionando os **objetivos** visualizados com os **fatores de riscos** e a **análise das reações possíveis**. Leva-se em consideração a questão do **tempo disponível**, do **espaço** e da nossa **liberdade de ação**.

Assim, ajustando o **que** e o **como**, são conformadas, num processo de utilização do pensamento estratégico e criativo, as **ações estratégicas**, levando em conta a disponibilidade e a possível mobilização do poder nacional, enquadrando-as segundo as formas de resolução de conflitos: **negociação**, **compulsão** e **violência declarada**, com suas respectivas **opções**.

5 - RESOLUÇÃO

Finalmente, a **resolução** define o **estado final desejado**, as **regras de comportamento** no nível político-estratégico, para quando for o caso, a **expedição de diretrizes** e o que deve ser inicialmente **informado à sociedade**.

Retomando a ideia inicial deste artigo, convém reafirmar que o presente método tem sido um meio auxiliar utilizado no CPEAEx para o estudo do assunto Exercício de Manobra de Crise. É na verdade um instrumento escolar para a abordagem de um tema que envolve certo grau de complexidade e que necessita, por isso mesmo, de um procedimento sistêmico, mas que não descarta, definitivamente, uma forma mecanicista de se encontrar uma solução.

Por fim, constitui matéria para estudo e discussão, com o fito de estabelecer aperfeiçoamentos para possibilitar, cada vez mais, a melhoria no ensino da ECEME.

REFERÊNCIAS

- Ministério da Defesa - MD51-M-04 - Doutrina Militar de Defesa – 2007 – 2ª Edição.
Exército Brasileiro – C124-1 – Manual de Estratégia – 2004 – 4ª Edição.
ECEME – Disciplina Estratégia do CPEAEx, Conteúdo: Teoria e Gerenciamento de Crise.

(Memento)

PLANEJAMENTO POLÍTICO-ESTRATÉGICO
PARA UMA SITUAÇÃO DE CRISE

1 - MONITORAMENTO DE CENÁRIOS (núcleo do Gab Crise)

Avaliação da conjuntura internacional
(ambiente externo: ameaças – oportunidades - parcerias)
Acompanhamento da conjuntura nacional
(nossa situação: pontos fortes – pontos fracos)
Formulação de cenários
Acompanhamento de fatores potenciais que podem gerar crises

2 - IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO CONFLITIVA (Gab Crise)

Cena atual - Pressões: listar as pressões de toda ordem
Pressões Dominantes: ressaltar pressões que incidam sobre Obj Fundamental
Desafio (s): identificar o(s) desafio(s) que caracterizem crise.
-x-x-x-
Tendências - Percepção inicial sobre o conflito e seus desdobramentos
Fatores de risco avaliado
-x-x-x-
Conclusão - Caracterização do quadro de crise e ameaças presentes

3 - CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES E DIAGRAMA DE RELAÇÕES

Atores principais e Secundários
Interesses: ostensivos e deduzidos – fator histórico e valor
Cultura Estratégica: Fundamentos – Vontade Nacional
Personalidade do Líder – Liberdade de Ação
-x-x-x-
Poder Nacional
Fatores da Política / Fatores da Economia / Defesa
-x-x-x-
Conclusão
Diagrama de Relação: competição – cooperação – influência – Psb Alianças
Percepção sobre oponentes suas possibilidades
Análise comparativa com nossa situação

4 - CONCEPÇÃO POLÍTICA E ESTRATÉGICA PARA A MANOBRA DE CRISE

Política	Objetivo político visualizado – Principal e Secundários Estabelecimento de limites para negociação N C P para cada ator: Escalar, Estabilizar ou Distender
Estratégica	Relação entre Objetivos x Riscos Análise das reações prováveis Análise do Tempo, Espaço e Liberdade de Ação Ações Estratégicas Definição dos procedimentos para solução do conflito Caracterização das Opções

5 - RESOLUÇÃO

Resolução	– Estado Final Desejado. Regras de Comportamento no nível político-estratégico Expedição de Diretrizes – DPED Declaração à Mídia
------------------	---

ESTRATÉGIA MILITAR DA CHINA PARA O SÉCULO XXI

Coronel Paulo Roberto da Silva Gomes Filho¹

“Se as pessoas não esquecem do perigo mesmo quando estão seguras; Não se esquecem da possibilidade de perecer mesmo quando sobrevivem; Não se esquecem da desordem mesmo quando estão vivendo em ordem; Então sua segurança pessoal está garantida e o Estado está resguardado.”²

1. A CHINA

A China é uma das mais antigas civilizações e sua história remonta a 4 mil anos. A primeira das dinastias chinesas foi a “Xia”, fundada em torno de 2070 a.C.. Ocupava a região onde hoje está localizada a província de Henan, ao norte e ao sul do Rio Amarelo. Diversas dinastias se sucederam, até que, em 221 a.C., a primeira dinastia “Qin” agregou diversos feudos, unificou a linguagem escrita, o sistema metrológico e adotou uma moeda única. Iniciou a construção dos 5 mil quilômetros das Muralhas e ergueu o gigantesco mausoléu conhecido por seus guerreiros de terracota.

A dinastia seguinte, a “Han”, desenvolveu grandemente o comércio e a agricultura. Na primeira década da era cristã, a população chinesa já era composta por cerca de 50 milhões de pessoas e surgiu a “Rota da Seda”, unindo a cidade de Xi’an à Ásia Central e à costa leste do Mediterrâneo. Esta integração foi a responsável pela introdução do budismo na China. Atribui-se a um chinês chamado Cai Lun, em 105 d.C., a invenção do papel.

Outras dinastias se sucederam, inclusive a “Yuan”, liderada por Kublai Khan, neto do mongol Genghis Khan, que havia invadido a China em 1206. Durante este período, as quatro grandes invenções da China Antiga o papel, a impressão, a bússola e a pólvora se espalharam pelo mundo. Em 1368, iniciou-se a dinastia Ming, durante a qual, entre 1405 e 1433, o navegador Zhen He liderou grandes esquadras em navegações para países do sudeste asiático, oceano Índico, Golfo Pérsico, tendo chegado, inclusive, às costas da Somália e do Quênia.

¹ O autor é instrutor da ECEME. Realizou o Curso de Estudos de Defesa e Estratégia na Universidade Nacional de Defesa, em Pequim, China, entre 2015 e 2016.

² I Ching – O Livro das mutações – Texto clássico chinês surgido na dinastia Chou (1150-249 AC).

Até o século XIX, os chineses experimentaram um contínuo desenvolvimento, apesar de sucessivas trocas de dinastias e conflitos internos. Henry Kissinger ensina que, desde sua unificação em 221 a.C. até o fim do século XIX, a ideia de que a China ocupava o centro da ordem mundial era arraigado no pensamento de sua elite. A China considerava a si mesma, em certo sentido, o único governo soberano sobre a Terra. Seu imperador era o senhor sobre “Tudo que Existe sob o Céu”, uma área da qual a China constituía a parte central, civilizada, o “Império do Meio”, inspirando e aperfeiçoando o resto da humanidade.

Entretanto, os chineses consideram o período entre 1840 e 1919 um período trágico no qual o país foi submetido pelas potências ocidentais nas duas Guerras do Ópio, nos tratados de Nanking e em um chamado “movimento de ocidentalização”. Também sofreram com a guerra contra o Japão e contra a França. No início do século XX, a China estava, na prática, submetida ao Japão e às potências coloniais europeias.

Em 1912, um movimento liderado pelo médico Sun Yat-Se derruba o último imperador, põe fim a mais de dois mil anos de império e funda a república. Em 1921, um grupo de 13 delegados, incluindo Mao Ze Dong³ funda o Partido Comunista Chinês (PCC).

Entre 1937 e 1945, a China luta contra o Japão, na guerra denominada naquele país de “Guerra contra a Agressão do Imperialismo Japonês”. Interessante notar que a guerra se iniciou dois anos antes da invasão da Polônia por Adolf Hitler.

Em 01 de outubro de 1949, Mao Ze Dong, em discurso na Praça da Paz Celestial, em Pequim, proclama a vitória da longa Revolução Comunista e cria a República Popular da China. O governo derrotado, liderado por Chiang Kai-Shek, estabelece-se na ilha de Taiwan (Formosa). Desde então e até os dias atuais, Taiwan é considerada uma província rebelde pelo governo chinês.

Em 1976, morre Mao Ze Dong e, em 1978, seu sucessor, Deng Xiao Ping, dá início a uma série de reformas modernizantes, especialmente na economia. Em 1997 e 1999, respectivamente, Hong Kong e Macau, cidades que tinham sido dominadas por ingleses e portugueses, retornam ao domínio chinês. Em 2001, a China entra na Organização Mundial do Comércio e, em 2010, ultrapassa o Japão, tornando-se a segunda maior economia do mundo.

A China possui uma área total de 9,6 milhões de Km², uma população de 1,4 bilhão de habitantes, pertencentes a 56 grupos étnicos.

Esta breve ambientação histórica teve por objetivo relembrar a riquíssima história chinesa e fornecer algum subsídio para a análise que será feita a seguir acerca da Estratégia Militar de Segurança da China para o século XXI.

Inicialmente, é fundamental que se trate da identidade nacional chinesa, ou de

3 Neste trabalho utilizo a forma mais aceita na china para a escrita ocidental do nome, ao invés de “Mao Tse Tung”, mais utilizada no Brasil.

como os próprios chineses, representados pela elite formada por seus intelectuais e formuladores de políticas se percebem como Nação.

Neste sentido, ressalte-se que a compreensão do pensamento contemporâneo chinês passa obrigatoriamente pelo entendimento dos valores de sua sociedade. Estes derivam predominantemente do Confucionismo e da interpretação dada a esta filosofia pelos comunistas, após a revolução de 1949, a estes valores.

Em “Sobre a China”⁴, Henry Kissinger enfatiza a diferença do pensamento estratégico existente entre os ocidentais e os chineses. O professor norte-americano afirma que, enquanto os ocidentais valorizam confrontações decisivas, enfatizando proezas heroicas, os chineses preferem a sutileza, a abordagem indireta e a paciência para acumular uma relativa vantagem.

Kissinger exemplifica esta diferença com uma comparação muito interessante entre o jogo de Xadrez, preferido no ocidente, e o Wei qi, popular jogo de estratégia chinês. No Wei qi, o tabuleiro é composto por uma grade de 19 x 19 linhas e cada jogador possui 180 pedras à sua disposição, todas de igual valor. Cada jogador distribui, em sua vez, as pedras em qualquer casa do tabuleiro, tentando cercar e capturar as peças do oponente. Múltiplos enfrentamentos acontecem simultaneamente em diferentes partes do tabuleiro. Cada jogador estabelece diferentes estratégias e ao final de uma partida bem disputada o tabuleiro está parcialmente completo, com as diferentes áreas preenchidas por pedras de cada jogador. Para um observador destreinado, será difícil perceber imediatamente quem foi o vencedor.

O Xadrez, por outro lado, é um jogo de vitória absoluta. O objetivo é o xeque-mate, colocar o rei adversário em uma posição que impeça sua movimentação sem que seja destruído. O jogador de Xadrez busca a vitória absoluta. O jogador de Wei qi busca a vantagem relativa. Enquanto o Xadrez ensina o conceito Clauzewitziano de centro de gravidade e de ponto decisivo, o Wei qi ensina a estratégia do cerco.

2. A AUTOPERCEPÇÃO CHINESA DE IDENTIDADE E INTERESSE NACIONAL

Os chineses fazem questão de ressaltar de que são um país que se encontra no “primeiro estágio do socialismo”. Desta forma, reafirmam que o Partido Comunista Chinês (PCC) é a base do seu sistema político. Identificam no ocidente pressões e ameaças de subversão contra a ideologia vigente. Apesar disto, reconhecem no capitalismo “algumas ferramentas úteis” para o desenvolvimento econômico.

A China, de acordo com esta autopercepção, é um país em desenvolvimento e em acelerado crescimento econômico. Chama atenção do observador externo a recusa dos chineses em reconhecerem-se como país desenvolvido. Alegam, com

4 KISSINGER, Henry. On China. Penguin Books. 2011

alguma razão, que ainda há grandes disparidades sociais no país e que suas preocupações econômicas e sociais se alinham com as dos países em desenvolvimento, não com as dos já desenvolvidos.



Figura 1 - Tabuleiro de Wei qi
Fonte – KISSINGER, Henry - On China

Entretanto, aceitam de bom grado o rótulo de potência regional. Além do poderio econômico, o fato de ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e a posse de armamento nuclear cooperam para a convicção de que eles detêm grande e crescente influência no cenário internacional.

Esta posição de aparente incoerência, de por um lado não se considerar um país desenvolvido e por outro lembrar sua posição de ator capaz de influenciar o cenário internacional, é habilmente explorada, de acordo com seus interesses de política exterior. Por vezes se omitem, alegando sua condição de país em desenvolvimento. Por vezes se impõem, lembrando sua condição de potência nuclear e de membro com poder de veto no Conselho de Segurança da ONU.

Um fato muito relevante para o entendimento de como é percebida a identidade nacional chinesa é que eles consideram que o país ainda não conseguiu a completa reunificação. A questão Taiwanesa é bastante sensível e inegociável.

A China é um país multiétnico, com uma ampla maioria da etnia Han. Existe uma relativa autonomia em algumas regiões do país, onde as minorias étnicas se concentram, como na Mongólia Interior. O separatismo dos Uigures da província de Xinjiang e dos Tibetanos é acompanhado com muita atenção. O surgimento de grupos terroristas separatistas em Xinjiang, de matriz islâmica, é causa de grande preocupação.

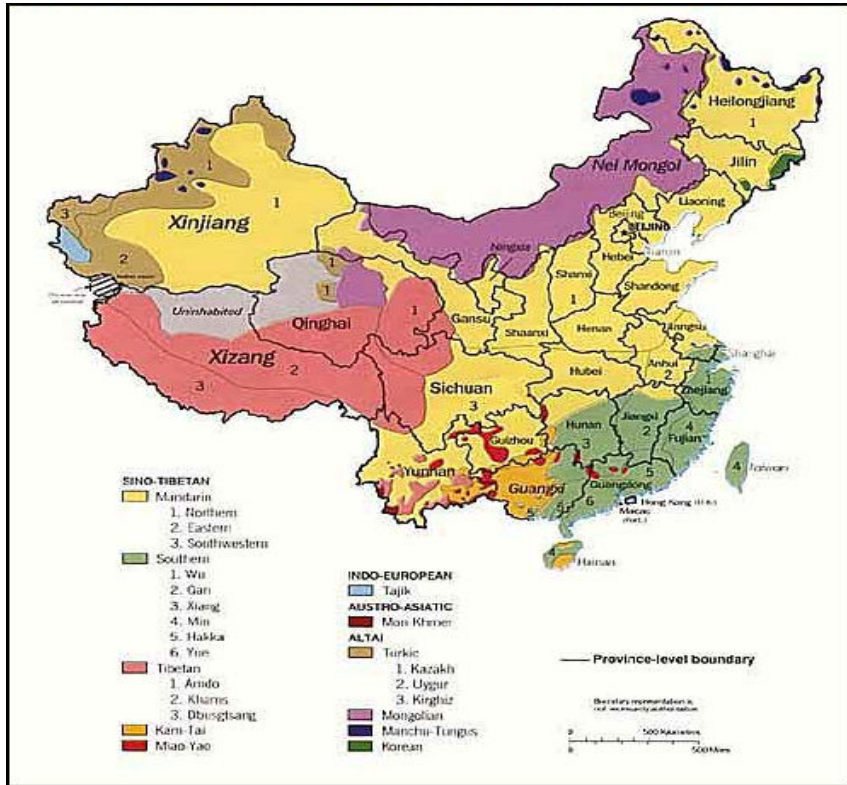


Figura 2 - Etnias da China

Fonte - <http://factsanddetails.com/china/cat5/sub29/item192.html>

Os chineses possuem a percepção de que seu país está situado em uma região complexa, onde há disputas territoriais e marítimas pendentes. A China é o país do mundo com o maior número de vizinhos em suas fronteiras terrestres. São quatorze países. Além disso, possui uma costa de aproximadamente 14 mil quilômetros, adjacente a seis países. Nesta faixa marítima possui disputas no Mar do Sul da China e no Mar do Leste (Mar do Japão).

Baseado nesta percepção dos interesses e da identidade nacional chinesa, é possível entender de forma mais clara quais são os principais aspectos relacionados à defesa nacional daquele país, sempre do ponto de vista chinês. Liu Jingbo e Guo Xinin⁵ listam 3 interesses vitais e inegociáveis para a segurança nacional chinesa.

A manutenção da estabilidade política, do “socialismo com características chinesas” sob a liderança do PCC, é o principal interesse. Ou seja, a manutenção do que eles consideram ser a base da identidade política do país.

O segundo é a criação de um ambiente internacional favorável, em que a estabilidade dos países do entorno geoestratégico será favorável aos interesses chi-

⁵ No livro a Estratégia Nacional de Segurança da China, página 49

neses.

O terceiro é a manutenção da independência e da soberania, promovendo a reunificação nacional. Neste ponto surgem a questão taiwanesa e as disputas territoriais marítimas.

3. A ESTRATÉGIA MILITAR CHINESA

Em maio de 2015, sob a administração do atual presidente Xi Jinping, a China tornou pública a sua nova Estratégia Militar⁶. No documento, em que afirma sua intenção de buscar um desenvolvimento pacífico e uma política externa independente, se diz contrário ao expansionismo e à busca por hegemonia e afiança ser sua estratégia militar defensiva, o país divulga as linhas mestras de sua estratégia de defesa.

Evidentemente, esta estratégia está alicerçada no modo chinês de entender a segurança nacional e na ideologia de seus intelectuais e formuladores. Sua cultura milenar e a doutrina marxista são refletidas em seu modo de pensar e transparecem principalmente nas entrelinhas.

O documento inicia afirmando que a construção de uma estrutura militar forte é imprescindível para a garantia do desenvolvimento pacífico da China. Reafirma o papel do PCC como guia da implementação de uma estratégia de “defesa ativa” para salvaguardar a soberania, a segurança e o desenvolvimento do país.

3.1 O primeiro capítulo tem a finalidade de mapear a situação atual da segurança nacional chinesa, levantando as ameaças.

O cenário internacional é inicialmente descrito, mostrando-se um mundo em transformação, com mudanças na balança de poder e nas estruturas de governança globais. Identifica-se a crescente importância geoestratégica da região da Ásia-Pacífico e a competição internacional nos campos econômico, científico-tecnológico e militar. Reconhece-se a baixa possibilidade de um conflito em âmbito global vir a ocorrer. Entretanto, identificam-se ameaças no que denomina hegemonismo e neointervencionismo. Afirma-se que há uma disputa internacional por redistribuição do poder. Assinala-se o terrorismo como uma ameaça crescente e questões étnicas e religiosas, além de disputas de fronteiras e territoriais como causas de conflitos localizados.

No campo interno, o documento identifica múltiplas e complexas ameaças, tradicionais ou não. Destacam-se a reunificação nacional – a reintegração de Taiwan – e a manutenção da integridade territorial.

O “separatismo” de Taiwan, bem como os movimentos insurrecionais do Turquistão do Leste (Uígures da província de Xinjiang) e do Tibete, bem como os

⁶ Disponível em http://english.gov.cn/archive/white_paper/2015/05/27/content_281475115610833.htm acesso em 14 Jan 2017

movimentos identificados pelos chineses como subversivos, os fazem considerar crescentes as ameaças à ordem interna, especificamente citados como segurança nacional e estabilidade social

Em âmbito regional, os chineses identificam que a gradual mudança do centro de gravidade mundial, tanto do ponto de vista estratégico quanto econômico, para a região da Ásia-Pacífico provocou uma mudança nos Estados Unidos da América, que passou a adotar uma estratégia de “rebalanço” em direção à região, fortalecendo sua presença militar e aprofundando suas alianças com países da área. O Japão, por sua vez, estaria superando suas limitações no tocante ao desenvolvimento de suas Forças Armadas, herança do pós-guerra, e acelerando seu reequipamento e modernização. As questões envolvendo as disputas territoriais no Mar do Sul da China e no Mar do Japão (Mar do Leste) são consideradas de soberania e vitais para a defesa dos direitos e interesses marítimos. Os chineses identificam ações de reconhecimento e de inteligência sobre seu território, oriundas principalmente dos EUA, o que lhes causa indignação. A instabilidade e a incerteza da Península Coreana são outra causa de grave preocupação. O separatismo, terrorismo e extremismo, crescentes nos países da região, são outras ameaças identificadas.

Finalmente, os chineses assinalam que a revolução em assuntos militares atingiu um novo patamar. Armamentos de longo alcance, precisos, inteligentes, não-detectáveis por radar e não-tripulados, bem como a guerra cibernética representam novas e desafiadoras ameaças.

3.2 O segundo capítulo trata das missões e tarefas estratégicas das Forças Armadas Chinesas.

Em 2021, o PCC completará 100 anos. Para celebrar a efeméride, o governo chinês traçou para o país o objetivo estratégico de “ser uma nação com uma sociedade moderadamente próspera”. Para o centenário da revolução comunista, em 2049, o objetivo é construir um país “socialista poderoso, democrático, culturalmente avançado e harmonioso”. É o “sonho chinês” de atingir a grande modernização do país.

Sem forças armadas poderosas, um país não pode ser seguro ou poderoso. Para tal, a Estratégia Militar de Segurança reafirma a liderança do PCC sobre o Exército de Libertação Popular (ELP). O ELP é a maior força armada do mundo em efetivo, com cerca de 2,3 milhões de membros. É diretamente subordinada ao Comitê Central Militar do PCC.

7 O Exército de Libertação Popular (People’s Liberation Army) são as Forças Armadas da China. Diretamente subordinadas ao Partido Comunista Chinês, elas são atualmente compostas por 5 Forças: Exército, Marinha, Força Aérea, Força de Mísseis e Foguetes, conhecida como 2ª Artilharia e a recentemente criada Força Logística (ou de apoio) Estratégica.

A estratégia militar de segurança impõe as seguintes tarefas estratégicas ao ELP.

- Efetivamente salvaguardar a segurança do território, do mar e do espaço aéreo chineses;
- Garantir a unificação da pátria;
- Proteger os interesses chineses além-mar;
- Proteger a China de novas ameaças;
- Manter a dissuasão e desencadear contra-ataque nuclear;
- Cooperar com a segurança regional e internacional, mantendo a paz regional e mundial;
- Fortalecer os esforços em operações contra a infiltração, separatismo e terrorismo, mantendo a segurança política da China e a estabilidade social; e
- Atuar em operações de resgate de emergência, em desastres, na defesa de interesses e direitos da nação chinesa e em apoio ao desenvolvimento econômico e social do país.

3.3 O terceiro capítulo trata da “Estratégia da Defesa Ativa”, considerada prioritária pelo pensamento estratégico do ELP. A estratégia é resumida na seguinte frase: “O ELP não atacará a menos que seja atacado. Mas certamente contra-atacará se atacado”.

A estratégia está fundamentada nos seguintes princípios:

- A estratégia militar deverá estar subordinada à estratégia nacional, devendo ser implementada uma visão holística da segurança nacional, intensificando-se a preparação para o conflito militar, prevenindo crises, dissuadindo e vencendo as guerras;
- A fim de criar um ambiente favorável ao desenvolvimento pacífico da China, a estratégia militar deverá ter natureza defensiva e deverá ser implementada em estreita coordenação política, militar, econômica e diplomática, considerando as possíveis ameaças ao país;
- Equilibrar a proteção dos direitos do cidadão e a manutenção da estabilidade política interna;
- Salvaguardar a soberania nacional e os direitos e interesses chineses no mar, mantendo a estabilidade da área periférica à China;
- Buscar a iniciativa estratégica nas operações militares, planejando o emprego de forma proativa em todas as direções e domínios;
- Aproveitar todas as oportunidades para acelerar a construção, reforma e desenvolvimento do ELP;
- Preparar-se para os mais complexos e difíceis cenários, provendo prontas-respostas em quaisquer tempo e circunstâncias;

- Cultivar o espírito de luta, a estrita disciplina e o profissionalismo da tropa. Construir relações próximas entre o governo e o ELP e entre este e a população, fortalecendo o moral dos oficiais e da tropa;
- Persistir na estratégia de “Guerra do Povo⁸”, focando na preparação para a mobilização dos recursos humanos e de ciência e tecnologia; e
- Expandir a cooperação militar, aprofundando as relações com potências internacionais, países vizinhos e outros países em desenvolvimento, promovendo um ambiente regional de segurança e cooperação.

3.4 No quarto capítulo do documento, são descritas as ações estratégicas a se realizar para desenvolver as Forças Armadas Chinesas.

A defesa dos interesses chineses no mar, o espaço, a cibernética e a área nuclear ganham destaque.

No que concerne ao mar, está escrito literalmente que a mentalidade tradicional que atribui maior importância à terra que ao mar deve ser abandonada. A necessidade de a China possuir uma marinha moderna e em condições de defender seus direitos e interesses no mar é ressaltada.

No tocante ao espaço, o documento assinala que os primeiros sinais de militarização daquele ambiente já existem. Reafirma que o país é contrário a tal militarização e que será parte ativa na cooperação espacial internacional.

O espaço cibernético, afirmam os chineses, tornou-se um novo pilar do desenvolvimento econômico e social e uma nova área para a defesa nacional. Os chineses afirmam que seu país é um dos mais afetados por ataques cibernéticos, o que coloca em risco sua infraestrutura. Em razão disto, a China está acelerando o desenvolvimento de uma força cibernética capaz de atuar neste campo, mantendo a segurança da informação, a segurança nacional e a estabilidade social.

Finalmente, a Estratégia Militar Chinesa reafirma a importância de sua Força Nuclear como pedra angular na defesa da soberania e do país. Reafirma que a China não utilizaria armamento nuclear contra países não detentores de armas nucleares e que não entraria em uma corrida armamentista nuclear com nenhum outro país. Entretanto, reafirma que continuará desenvolvendo as capacidades de pronta-resposta, comando e controle, proteção e todas as outras necessárias para a manutenção de uma força capaz de dissuadir outros países de usarem ou ameaçarem usar armamento nuclear contra a China.

O fortalecimento do trabalho político e ideológico de conscientização dos chamados valores socialistas nas Forças Armadas é destacado e valorizado. A “absoluta liderança” do PCC sobre o ELP é considerada essencial.

Outros aspectos também destacados no capítulo 4 dizem respeito ao aper-

⁸ O conceito de “Guerra do povo (people’s war)” é o conceito desenvolvido por Mao Ze Dong durante a revolução comunista. É o conceito revolucionário de guerra de guerrilha e de movimento, apoiada pela população do país. Nota do autor

feijramento doutrinário e da formação do pessoal, aprimoramento das relações civis-militares, desenvolvimento de armamentos e equipamentos avançados e modernização da gestão no nível estratégico.

3.5 O quinto capítulo da Estratégia Militar trata da preparação para o conflito militar. O documento considera que esta é uma atividade básica de uma Força Armada para garantir a paz: controlar crises e vencer as guerras.

Para tanto, julga essencial desenvolver cada vez mais a capacidade de operar com base em sistemas de informação de modo que as forças operativas atuem em um ambiente conjunto em que os vários elementos possam trabalhar independentemente, mas de forma coordenada. Sistemas de reconhecimento, de alerta antecipado, de comando e controle e de ataques precisos de médio e longo alcance são destacados dentre os que devem ser desenvolvidos.

Há ainda uma preocupação em se aprimorar o treinamento militar, de modo a torná-lo o mais realístico possível. Também se menciona a construção de bases militares de treinamento que ofereçam as melhores condições possíveis para a simulação de combate, inclusive em condições desfavoráveis de clima e temperatura e no ambiente cibernético.

O documento enfatiza ainda a importância da preparação para as operações militares de não-guerra⁹. São operações de apoio em catástrofes, resgates de emergência, contraterrorismo, controle de distúrbios, operações de manutenção da paz e operações humanitárias internacionais. Os mecanismos militares de comando e controle para estas operações estão sendo aperfeiçoados para tornarem-se mecanismos governamentais, de modo a atender a característica interagência deste tipo de operação.

3.6 O sexto e último capítulo trata da cooperação militar e de segurança. O documento ressalta que o país continuará a desenvolver uma cooperação militar com outras nações, relação esta que não implicará em alianças, não buscará confrontos e não será dirigida contra nenhuma terceira parte. De acordo com o documento, estas ações buscarão a construção de mecanismos de segurança e de desenvolvimento de confiança mútua.

A Rússia é citada como parceira estratégica da China e como objeto de um aprofundamento das relações militares. Os EUA também são citados, destacando-se a necessidade de um novo modelo de relacionamento entre as duas potências, no sentido de fortalecer o diálogo e a cooperação. Também se faz menção à necessidade de se regular os encontros entre as marinhas dos dois países, especialmente no Mar do Sul do China e no Mar do Japão (do Leste), com a finalidade de aumentar a confiança mútua, prevenir riscos e gerenciar crises.

⁹ Traduzido do chinês para o inglês como MOOTW – Military Operations Other Than War

O documento reafirma que a China continuará a participar das missões de paz sob a égide das Nações Unidas.

4. CONCLUSÃO

Qualquer análise que se faça da Estratégia Militar Chinesa, para ser exitosa em seu objetivo de concluir com acerto sobre suas intenções, objetivos e finalidades, precisa levar em consideração a natureza distinta e as especificidades do pensamento estratégico chinês.

Este é resultado de uma cultura milenar, com seus próprios paradigmas e idiosincrasias. Pesa na análise também considerar o trauma das humilhações sofridas pelo país, que se considerava o “Império do Meio”, durante os cem anos que vão da quarta década do século XIX ao fim da Segunda Guerra Mundial. Some-se a isto o fato de ser um país socialista, governado por um partido único, sem judiciário independente, com grandes restrições à liberdade de imprensa e com as Forças Armadas sob controle direto do próprio Partido Comunista. Incorre em erro o analista ocidental que desconsidera estas verdades, concluindo de acordo com os paradigmas de outra civilização, com um sistema de valores diferente.



Figura 3 - A disputa no Mar do Sul da China

Fonte - <http://antreus-dois.blogspot.com.br/2016/07/agitado-o-mar-do-sul-da-china.html>

A Estratégia Militar Chinesa, como se viu neste trabalho, atribui grande importância ao mar e ao desenvolvimento de capacidades que possam garantir ao país a defesa de seus interesses e de sua soberania no mar. Destacam-se neste aspecto as disputas territoriais que o país ainda tem com o Japão e as diversas questões de disputas com vários vizinhos no Mar do Sul da China. A questão de Taiwan e

a presença dos navios de guerra norte-americanos na área também se destacam neste cenário. O General norte-americano Douglas MacArthur já definia aquela ilha como um “porta-aviões inafundável”. Não há o que se discutir acerca da importância estratégica e política da ilha.

A preocupação com o separatismo, terrorismo e subversão também ficam patentes na análise da Estratégia. As províncias de Xinjiang e Tibet, onde os movimentos separatistas e as ameaças terroristas são presentes, merecem atenção especial. A preocupação com a subversão política, inclusive aquela estimulada desde Taiwan ou de outros países pela internet, ou seja, por meios cibernéticos, também é muito visível no documento.

O aprimoramento e modernização das Forças Armadas, com especial foco na modernização da Marinha de Guerra, sempre submetidas ao estrito controle político do PCC, é outro ponto que merece destaque. A recente reorganização do ELP e a manutenção da estratégia da dissuasão nuclear é prova da implementação prática dos preceitos ditados pela Estratégia nesta direção.

Finalmente, merece destaque a importância atribuída à diplomacia militar, com um capítulo voltado para a cooperação militar e de segurança. A crescente presença militar chinesa na África, bem como a grande quantidade de militares estrangeiros que vão ao país para a realização de cursos e intercâmbios atestam na prática este destaque.

REFERÊNCIAS:

GUO Xining. **Theories and Practices: The National Security Strategy of China**. National Defense University Press: Beijing, 2006.

KAPLAN, Robert D. **A Vingança da Geografia**. Elsevier:Rio de Janeiro, 2013.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Objetiva: Rio de Janeiro, 2015.

_____. **On China**. Penguin Books: New York, 2011.

PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA. **China**. Foreign Language Press: Beijing,2014.

Xi Jinping. **The Governance of China**. Foreign Language Press: Beijing, 2014.

YANG Yi; GUO Xining. **Theory of National Security Strategy**. National Defense University Press: Beijing, 2012.

ZHAO Jingfang. **National Security Strategy**. College of Defense Studies: Beijing, 2012.

A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL DA ESPANHA

Tenente Coronel do Exército Espanhol JESÚS PADIN¹

1. INTRODUÇÃO

À semelhança de outros países do entorno europeu, o Reino da Espanha possui uma Estratégia de Segurança Nacional (ESN) que promove a atuação dos órgãos da Administração e o emprego dos recursos da Nação para fazer face aos riscos e ameaças que se apresentam em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado. A Estratégia de Segurança Nacional tem como subtítulo o lema “um projeto compartilhado”, que evidencia a vocação integral e integradora do documento. A ESN atualmente vigente foi aprovada pelo Conselho de Ministros e assinada pelo Presidente do Governo espanhol no ano de 2013 e é o resultando da revisão e atualização da Estratégia Espanhola de Segurança emitida em 2011 pelo Governo anterior².

O presente trabalho tem por objeto divulgar entre os militares brasileiros as principais linhas da Estratégia de Segurança Nacional da Espanha, documento que constitui o marco político estratégico de referência da Política de Segurança Nacional desse país. O artigo desenvolve os sucessivos aspectos que aborda a ESN, como a análise do entorno estratégico, a identificação dos riscos e ameaças que afetam a segurança da Espanha, as linhas de ação estratégicas em diferentes âmbitos de atuação e o emprego dos recursos existentes. Na parte final do trabalho, sintetizam-se os principais conteúdos da Lei 35/2015, de Segurança Nacional, que fornece os instrumentos legais necessários para operacionalizar os enunciados políticos e estratégicos contidos na ESN.

2. ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL ESPANHOLA

A Estratégia de Segurança Nacional ocupa o nível superior, de caráter interministerial, do modelo estratégico espanhol estabelecido na Estratégia Militar Espanhola de 2003, no qual as autoridades políticas nacionais definem os objetivos de Segurança e Defesa. Este trabalho apresenta os cinco capítulos em que se articula a ESN que, sucessivamente, abordam a concepção integral da Segurança Nacional, descrevem a visão da Segurança da Espanha no mundo, concretizam os riscos e ameaças que afetam a Segurança Nacional, definem as diferentes linhas de ação

¹ Oficial do exército espanhol designado instrutor da ECEME.

² A função de Presidente do Governo equivale ao cargo de Primeiro-Ministro existente em outras monarquias parlamentares.

estratégicas que se deverão seguir e expõem o desenho de um novo Sistema de Segurança Nacional.

2.1 Uma visão integral da Segurança Nacional

A Estratégia de Segurança Nacional da Espanha assenta-se no princípio de que as nações que zelam pela sua segurança são sociedades mais livres, pois desta maneira garantem sua estabilidade e sua continuidade e, ao mesmo tempo, preservam a vida e o bem-estar dos seus cidadãos. O conceito de segurança não tem caráter estático, uma vez que o dinamismo do entorno exige um contínuo esforço de atualização. Neste contexto, a aparição de novos centros de poder, a maior concorrência pelos recursos, o papel das novas tecnologias na sociedade do conhecimento ou a existência de novos riscos e ameaças de natureza essencialmente transnacional, que se somam aos tradicionais, são alguns dos fatores que configuram o atual entorno estratégico, que se retroalimentam e interagem, demandando, assim, uma constante atividade de adequação às novas realidades.

A ESN enxerga, portanto, um conceito de segurança nacional **amplo**, que cobre todos os âmbitos que afetam a segurança do Estado e dos cidadãos; e **dinâmico**, que se adapta às rápidas variações que vivencia o entorno estratégico. A resposta a estes desafios exige, por outra parte, o estabelecimento de uma estreita cooperação, nos níveis nacional e **multilateral**, pois as respostas isoladas, concebidas a partir de uma perspectiva unilateral, não são mais eficazes neste mundo globalizado. No quadro desta visão integral, a Estratégia define a Segurança Nacional como *“a ação do Estado dirigida a proteger a liberdade e o bem-estar dos seus cidadãos, a garantir a defesa da Espanha e de seus princípios e valores constitucionais, bem como a contribuir juntamente com os nossos parceiros e aliados para a segurança internacional no cumprimento dos compromissos contraídos”*.

A ESN considera a Segurança Nacional um **serviço público**, que implica o esforço leal e solidário de todos os níveis da administração; e um **projeto compartilhado** em que, sob a liderança do Presidente do Governo, todos devem estar comprometidos e atuar de forma coordenada e coesa, para o qual o Governo tentará obter o máximo apoio social e parlamentar. Para atingir estes fins, a Estratégia propõe a aplicação dos princípios de: 1) **unidade de ação**, imprescindível no quadro deste enfoque integral da segurança, que abrange todas as dimensões; 2) **antecipação e prevenção**, orientadas a detectar e reconduzir aquelas situações passíveis de se tornar riscos ou ameaças para a segurança; 3) **eficiência e sustentabilidade** no uso dos recursos, priorizando e otimizando seu emprego; e 4) **resiliência** ou capacidade de resistência e recuperação para se sobrepôr às situações de crise.

2.2 A Segurança da Espanha no Mundo

Um dos principais objetivos da Segurança Nacional é a defesa dos interesses

vitais e estratégicos da Espanha, em um entorno internacional em constante mudança, marcado pela aparição de novas tendências, como a ascensão econômica e política de novas potências, a crescente importância estratégica da zona Ásia-Pacífico, as transformações no Mundo Árabe ou o cada vez mais importante papel dos grupos sociais e indivíduos, que interagem como se as fronteiras não existissem mais.

Neste novo cenário, a ESN considera que a Espanha deve se projetar para o exterior com um perfil próprio, como um Estado de primeira ordem, tão antigo como a sociedade internacional, situado entre a Europa e o Norte da África, entre o Mediterrâneo e o Atlântico, com território na Península Ibérica, os arquipélagos canário e baleárico e as cidades autônomas de Ceuta e Melilla localizadas no norte da África. Esta privilegiada, e ao mesmo tempo complexa, posição geoestratégica faz com que a projeção regional e global da Espanha se oriente à busca da estabilidade, da paz e da segurança no contexto internacional. Nesta tarefa, a União Europeia, o Mediterrâneo e a América Latina são as grandes prioridades estratégicas da Espanha, enquanto a África e os desafios de segurança que envolvem esta região, também são uma área de atenção preferencial. Para garantir sua segurança neste contexto, a Espanha deve assumir os compromissos decorrentes da sua integração em organizações de segurança, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e outros foros multilaterais, mantendo ao mesmo tempo a capacidade para abordar as ameaças a que tiver que fazer face de forma autônoma.

A ESN estima que os interesses da Espanha estarão melhor protegidos em uma União Europeia (UE) forte, tanto internamente quanto em sua dimensão externa. Por isso, preconiza o completo desenvolvimento de uma Política Comum de Segurança e Defesa³, dotada de meios militares adequados e críveis, que permitirão otimizar a capacidade única da UE para combinar meios civis e militares na gestão de crises. Dentro do contexto europeu, o estreitamento da cooperação com os países vizinhos, Portugal e França, contribui para a segurança e a estabilidade da Espanha, do conjunto da Europa e das regiões limítrofes. A Estratégia de Segurança Nacional também se refere a Gibraltar, território sob domínio britânico, cuja situação colonial representa uma anomalia no atual contexto europeu e uma disfunção nas relações entre dois países parceiros e aliados.

A paz e a prosperidade do litoral meridional do Mediterrâneo também são prioritárias, uma vez que a instabilidade política e a ausência de perspectivas econômicas para amplos setores da população dos países desta região podem afetar a Espanha e a Europa. A Espanha pretende seguir colaborando com os países do norte da África, a fim de dar resposta a desafios comuns, como a estabilização do abastecimento de energia, a regulação dos fluxos migratórios e a luta contra o

3 Informação adicional sobre a Política Comum de Segurança e Defesa europeia disponível no site: http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_6.1.2.html

terrorismo e o narcotráfico.

Outra das áreas de grande importância estratégica para a Espanha é a América Latina, região com a qual mantém profundas e intensas relações políticas, econômicas, históricas e culturais. Dois dos grandes sócios estratégicos da Espanha nesta região, Brasil e México, consolidam-se como atores globais, enquanto a Aliança do Pacífico⁴, da qual Espanha é Estado Observador, projeta a fachada oeste latino-americana para a região da Ásia-Pacífico.

A estabilidade no espaço euro-atlântico é essencial para a segurança da Espanha. Neste contexto, a relação com os Estados Unidos é chave para a gestão deste espaço e para a gestão dos desafios e oportunidades que surgem em um mundo globalizado.

A África, por sua vez, apresenta problemas de estabilidade e conflitos, aos que se somam a pobreza extrema de algumas partes do continente e as consequências das mudanças climáticas. O Sahel⁵, o Chifre da África e o Golfo da Guiné são três das zonas vitais para os interesses nacionais na região, nas quais a Espanha trabalha com seus parceiros e aliados para fomentar a segurança⁶. O apoio aos países da região para reforçar suas forças armadas e para fortalecer as estruturas do Estado contribui para robustecer não só a segurança destas nações, mas também para a própria segurança da Espanha⁷.

O continente asiático, no qual se localizam países de elevado crescimento econômico como China e Índia, encontra-se no centro da reordenação geopolítica que antecipa o mundo que se aproxima. A Estratégia de Defesa Nacional declara que a Espanha deverá aumentar sua presença na região e aumentar a intensa colaboração já existente com as agências de segurança dos países estratégicos em matéria antiterrorista, de controle da imigração e de Defesa.

A ESN considera que a Segurança e os interesses da Espanha estão melhor

4 A Aliança do Pacífico é uma iniciativa de integração regional criada em 2011 e formada pelos seguintes países: Chile, Colômbia, México e Peru.

5 O Sahel é a faixa de território de transição entre o deserto do Saara, ao norte, e as savanas situadas ao sul; ao oeste limita com o oceano Atlântico e ao leste com o mar Vermelho.

6 Dentre outras atuações de apoio às nações da região africana, a Espanha participa das Missões Militares de Adestramento da União Europeia no Mali, na República Centro-africana e na Somália, que assessoram as forças armadas destes países para o estabelecimento de uma cadeia de Comando e Controle mais eficaz e fornecem adestramento e treinamento especializado às suas Unidades.

7 Como declarou recentemente o embaixador representante da Espanha no Comitê Político e de Segurança da UE, Nicolás Pascual de la Parte, no Congresso Internacional de Estudos Militares, organizado pela Universidade de Granada e pelo *Mando de Adiestramiento y Doctrina* (MADOC), “*se não projetarmos segurança, importaremos insegurança*”, e acrescentou que não existe nem duplicidade de recursos nem incompatibilidade entre a OTAN e a UE, pois a primeira está prevista para os conflitos de alta intensidade, enquanto a segunda tem uma resposta para os conflitos de média e baixa intensidade militar. Informação adicional disponível no site:

<https://cisde.es/observatorio/rusia-terrorismo-migraciones-nuevas-amenazas-sobre-europa>

garantidos em uma comunidade internacional baseada na cooperação, na tomada coletiva de decisões e na ação multilateral, pois os desafios e as ameaças globais só podem ter soluções globais. A este respeito, a ONU continua sendo a organização mais relevante para a cooperação mundial e a paz e a segurança internacional. A OTAN, por sua vez, segue sendo determinante no espaço euro-atlântico, representa uma dimensão essencial da defesa da Espanha e deve continuar adaptando-se à realidade em mudança, na qual os riscos e as ameaças aumentam e se diversificam.

2.3 Os riscos e ameaças para a Segurança Nacional

No campo dos riscos e ameaças, a ESN identifica no cenário internacional outros **fatores potencializadores**, como a pobreza, a desigualdade, os desequilíbrios demográficos, os extremismos ideológicos, as mudanças climáticas e o uso nocivo das novas tecnologias, que podem gerar novos riscos e ameaças ou multiplicar e agravar seus efeitos. O documento menciona, a título de exemplo, as mudanças climáticas, um fenômeno que gera desastres naturais e alterações ambientais que podem aumentar as pressões migratórias e até mesmo causar a fragilidade de alguns Estados. A este respeito, a vulnerabilidade que representam os Estados Falidos tem graves consequências não só para suas próprias populações, mas também para a estabilidade mundial.

Embora as confrontações clássicas entre Estados sejam menos prováveis do que em outras épocas, a ESN considera que os **conflitos armados** seguem representando uma importante ameaça para a segurança, especialmente aqueles de caráter interno, como as lutas entre etnias ou os que acontecem em Estados Falidos, cujas consequências afetam a comunidade internacional e, às vezes, interesses vitais e estratégicos espanhóis. Além disso, deve-se levar em consideração que os conflitos armados criam uma espiral de instabilidade que pode potenciar outros riscos e ameaças para a comunidade internacional e para a Segurança Nacional espanhola, uma vez que propiciam o tráfico ilícito ou a dispersão descontrolada de armamento.

Neste panorama, é necessário estar ciente do caráter dos conflitos futuros, a fim de adaptar as capacidades, a organização e os processos de atuação das forças armadas às novas necessidades que deles decorram, destacando neste campo o ciberespaço e o espaço exterior, que se configuram como potenciais âmbitos de confrontação.

O emprego das forças armadas pode tornar-se essencial em eventuais conflitos, tanto dentro quanto fora das fronteiras nacionais. Neste sentido, o documento estabelece, por um lado, que a Espanha deve manter uma capacidade defensiva própria, credível e efetiva, dada a situação geográfica do país; e, por outro lado, também deve ter a capacidade de participar de crises ou conflitos na sua condição de parceiro solidário das organizações internacionais às quais pertence, bem

como de operações de manutenção da paz, de proteção de civis e de outras que afetem os valores compartilhados ou decorram de compromissos adquiridos em organizações como a ONU⁸.

O **terrorismo** representa outro elemento de preocupação, pois ameaça a vida e a segurança dos cidadãos e põe em risco interesses vitais e estratégicos. Neste âmbito, a ESN tem como fim prioritário prevenir, impedir e derrotar o terrorismo, independentemente da sua origem. Como outros países vizinhos, a Espanha também é alvo do terrorismo jihadista, dado o forte envolvimento do país na luta contra o terrorismo, tanto dentro como além do território nacional, e sua relativa proximidade a regiões instáveis, como o Sahel⁹. A resposta ao desafio terrorista deve estar baseada em um enfoque integral, que articule as atuações policiais, judiciais e de Inteligência e que envolva na estratégia as diferentes administrações e a sociedade, contando com uma sólida estrutura de cooperação internacional.

O ciberespaço diluiu as fronteiras geográficas, circunstância que criou novas oportunidades, enquanto também originou **ameaças cibernéticas**, tanto para os indivíduos quanto para as instituições públicas e privadas. Caracterizado, igualmente, pela sua natureza transnacional, o **crime organizado** também cria riscos e ameaças, tais como a lavagem de dinheiro, que enfraquecem o Estado, são um obstáculo para o crescimento econômico e minam a democracia. Neste cenário globalizado, a **espionagem** aproveita as novas possibilidades tecnológicas para obter informações que permitam aos Estados, grupos e indivíduos alcançar vantagens estratégicas, políticas ou econômicas.

A ESN também considera outros fatores, como a **instabilidade econômica e financeira**, que reduz o bem-estar dos cidadãos, gera agitação política e social e reforça outros riscos existentes. Dentre os elementos que desequilibram o sistema econômico e financeiro, deve-se notar a existência de paraísos fiscais e sua atividade de lavagem de dinheiro. O quadro estratégico espanhol de segurança nacional identifica a disponibilidade de energia como um fator chave para o progresso econômico. Neste contexto, a **vulnerabilidade energética** que produz a excessiva dependência das regiões produtoras no exterior, em muitos casos instáveis geopoliticamente, bem como a crescente concorrência por recursos limitados, poderiam originar conflitos pelo controle de bens escassos.

A **proliferação de armas de destruição em massa** e de seus sistemas de lançamento supõe, à luz da ESN, outra grave ameaça para a paz e a segurança internacional com grande potencial destabilizador, uma vez que os locais onde mais rapidamente se desenvolve são zonas de enorme tensão, o que aumenta o

⁸ O exército espanhol lidera atualmente uma das duas Brigadas Multinacionais que integram a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FINUL).

⁹ As forças armadas espanholas participam da Operação “*Inherent Resolve*”, que realiza a coalizão de mais de sessenta (60) países formada para destruir o grupo terrorista DAESH. No quadro dessa operação, um contingente espanhol está desdobrado no Iraque realizando missões de adiestramento do exército iraquiano.

risco de que estas armas possam ser realmente utilizadas. Este risco adquire uma nova dimensão diante da possibilidade de que grupos terroristas ou agentes não estatais possam obter estas armas.

A Espanha e o conjunto da União Europeia são um destino atrativo para os **fluxos irregulares de migrantes**, que abandonam seus países de origem por causa de fatores como a pobreza, a desigualdade, os conflitos bélicos, os riscos meio-ambientais ou os regimes autoritários¹⁰. A sociedade espanhola, com seu caráter plural e aberto, tem dispensado uma acolhida positiva para os migrantes, embora devam ser levados em consideração os desafios que envolvem estes fluxos migratórios irregulares, como a vulnerabilidade dos imigrantes à exploração laboral, sua eventual inadaptação ou falta de identificação com a sociedade espanhola e a possibilidade de criação de guetos¹¹. O **espaço marítimo** representa a principal via para o desenvolvimento do comércio internacional, mas é um meio vulnerável, em que os riscos e ameaças para a segurança podem se espalhar de maneira relativamente fácil e rápida. Junto com as habituais atividades ilícitas no mar, como o tráfico de drogas, a imigração ilegal ou a pirataria, grupos terroristas também exploram a liberdade de movimentos do mar para cometer seus atos criminosos¹².

As **emergências e catástrofes** causam perdas de vidas e danos nas infraestruturas, com efeitos negativos sobre os mercados e os fluxos de abastecimento. Além dos desastres naturais recorrentes, a ESN identifica novos riscos como o uso insustentável dos recursos hídricos, a desertificação, a expansão a grande escala de doenças e o tráfico ilícito de animais. As **infraestruturas críticas e os serviços essenciais**, por sua vez, estão sujeitos aos riscos e ameaças de origem natural acima mencionados, mas também àqueles causados deliberadamente por agressões físicas ou ataques cibernéticos ou, em outros casos, induzidos por erros

10 Os projetos de cooperação para o desenvolvimento realizados pelo Ministério dos Assuntos Exteriores e da Cooperação espanhol tentam erradicar a pobreza e fomentar o progresso econômico e social em muitas nações em vias de desenvolvimento, com a finalidade de que seus habitantes não tenham necessidade de abandonar seus lares. Informação adicional sobre a Cooperação Espanhola no site:

<http://www.exteriores.gob.es/Portal/es/PoliticaExteriorCooperacion/CooperacionAlDesarrollo/Paginas/Planificaci%c3%b3n.aspx>

11 As forças armadas espanholas participam da Força Naval da União Europeia no Mediterrâneo que executa a Operação “Sophia”, voltada para a luta contra o modelo de negócio montado pelas redes de contrabando e tráfico de pessoas no Mar Mediterrâneo e para reduzir a perda de vidas de imigrantes irregulares que ocorrem no mar. Informação adicional no site:

http://www.armada.mde.es/ArmadaPortal/page/Portal/ArmadaEspañola/conocenos_noticias/prefLang_es/00_noticias--2016--10--NT-198-NAVARRA-RES-703_es?selectedNodeID=2799103&_pageAction=selectItem

12 Informações adicionais sobre a participação das forças armadas espanholas em operações disponíveis no site do Comando de Operações do Estado-Maior da Defesa: <http://www.emad.mde.es/MOPS/>

humanos ou falhas técnicas. Sua perturbação ou destruição poderiam impactar na Segurança Nacional e afetar a saúde pública, a estabilidade financeira, a segurança dos cidadãos e as funções sociais básicas.

2.4 Linhas de ação estratégicas

Como resultado da análise dos riscos e ameaças e as tendências globais, junto com a avaliação das capacidades de resposta disponíveis, a ESN estabelece doze âmbitos de atuação, para cada um dos quais define o objetivo a atingir e várias linhas de ação estratégicas a seguir que enquadram as respostas aos desafios existentes para a Segurança Nacional.

No campo da Defesa Nacional, a ESN propõe a disponibilização de capacidades militares que ofereçam um nível de dissuasão credível e que, se necessário, permitam reagir e neutralizar qualquer risco ou ameaça de natureza militar. A Estratégia de Segurança Nacional preconiza a conciliação da defesa dos interesses nacionais e a manutenção do compromisso da Espanha com o sistema de segurança coletiva, enxergando a possibilidade de compartilhar capacidades com os aliados sem afetar o cumprimento das missões atribuídas. O documento acrescenta que as forças armadas devem se adaptar, mediante um processo de transformação contínua, aos novos desafios decorrentes do atual panorama de realidades em mudança e ressalta, ainda, a necessidade de fomentar a consciência e a Cultura de Defesa, bem como a importância de fortalecer o tecido industrial espanhol da Defesa.

A ESN afirma que a luta contra o terrorismo é baseada nos pilares de prevenção, proteção, perseguição e preparação da resposta. As ações voltadas para a prevenção das atividades terroristas são realizadas nas áreas interna e externa e no ciberespaço, enquanto a perseguição das atividades terroristas é alcançada através da melhoria das capacidades de investigação e de Inteligência, bem como adequando os instrumentos à disposição dos poderes públicos.

Na área da segurança cibernética, o documento pretende garantir o uso seguro das redes mediante o incremento das capacidades de prevenção, detecção e resposta frente aos ataques cibernéticos e articulando um quadro jurídico operativo e eficaz.

A ESN também contém objetivos e linhas de ação estratégicas para confrontar os riscos e ameaças identificados nas restantes outras áreas de atuação: luta contra o crime organizado, segurança econômica e financeira, segurança energética, não proliferação de armas de destruição em massa, gestão dos fluxos migratórios, contra-inteligência, proteção diante de emergências e catástrofes, segurança marítima e proteção das infraestruturas críticas.

2.5 Um novo Sistema de Segurança Nacional

No seu último capítulo, a ESN apresenta as linhas gerais de um novo Sistema

de Segurança Nacional baseado no estabelecimento de um tecido institucional forte e flexível, que responda de maneira efetiva, abrangente e completa frente aos riscos e ameaças. Este sistema assenta nos princípios de liderança, funcionamento integrado e coordenado, otimização dos recursos, modernização das estruturas, envolvimento da sociedade civil, colaboração público-privada, gestão da informação e transparência.

Encabeçando a estrutura do Sistema de Segurança Nacional encontra-se o **Presidente do Governo**, a quem cabe liderar e impulsionar a Política de Segurança Nacional, tarefa para a qual conta com o apoio do **Conselho de Segurança Nacional**, composto por vários Ministros e Secretários de Estado, o Diretor do Gabinete da Presidência do Governo e o Chefe de Estado-Maior da Defesa, bem como dos **Comitês Especializados** que se precisarem para coordenar a atuação de vários órgãos da Administração Pública e quando situações relacionadas com a gestão de crises assim o requeiram. Para dar coerência e continuidade às atividades desenvolvidas por esta estrutura, foi criado no seio do Gabinete da Presidência do Governo o **Departamento de Segurança Nacional**, como Secretaria Técnica e órgão de trabalho permanente do Conselho de Segurança Nacional¹³.

Uma das realizações mais importantes da ESN é, precisamente, a criação deste Conselho de Segurança Nacional, que se reúne regularmente e já gerou relevantes documentos, como os Relatórios Anuais de Segurança Nacional¹⁴ de 2013, 2014 e 2015, a Estratégia de Segurança Energética Nacional, a Estratégia de Segurança Marítima Nacional e a Estratégia de Segurança Cibernética Nacional. O resultado dos trabalhos deste órgão não se limita à produção de documentos estratégicos, mas também se traduz em atividades práticas, como o recente exercício “*Cyber Europe 2016*”, o mais importante realizado no campo da defesa cibernética na UE, no qual o Departamento de Segurança Nacional coordenou, no nível nacional, a participação de onze empresas dos setores financeiros e da segurança das tecnologias da informação e as telecomunicações, além do Comando Conjunto de Ciberdefesa das Forças Armadas, o Centro Nacional para a Proteção das Infraestruturas Críticas e a Equipe de Resposta a Incidentes de Segurança e Indústria¹⁵.

2.6 Aspectos essenciais da Lei 36/2015 de Segurança Nacional

Os objetivos e as linhas de ação definidos na ESN poderiam ter tido dificuldades para ultrapassar a fase documental, e transcender para o campo dos resul-

13 Site do Departamento de Segurança Nacional do Gabinete da Presidência do Governo disponível no link: <http://www.dsn.gob.es/>

14 O Relatório Anual de Segurança Nacional de 2015 está disponível no site: <http://www.lamoncloa.gob.es/serviciosdeprensa/notasprensa/presidenciadelgobierno/Paginas/2016/270516informe2015.aspx>

15 Informação adicional sobre o Departamento de Segurança Nacional no site: <http://www.lamoncloa.gob.es/serviciosdeprensa/notasprensa/presidenciadelgobierno/Paginas/2016/191016-seguridad.aspx>

tados práticos, se não tivessem sido acompanhados por um quadro legislativo adequado. Neste sentido, a Lei 36/2015 de Segurança Nacional (LSN) permite operacionalizar as diretrizes contidas na Estratégia, pois define os órgãos com responsabilidades nesta matéria e estabelece com precisão a organização e as funções do Sistema Nacional de Segurança Nacional, que integra os órgãos, agências, recursos e procedimentos que exercem suas funções neste campo.

Este dispositivo legislativo estabelece os princípios que regulam a gestão de crises, conceito que abrange as atividades que têm por finalidade detectar e avaliar os riscos e ameaças, facilitar o processo de tomada de decisões e garantir uma resposta ótima e coordenada. Dentro da gestão de crises, aborda-se a denominada “situação de interesse para a Segurança Nacional” que ocorre em circunstâncias que, pela gravidade dos seus efeitos e a dimensão, urgência e transversalidade das medidas que se requerem para sua resolução, exigem a coordenação reforçada das autoridades.



Figura 1 – Estrutura do Sistema de Segurança Nacional
(Gráfico elaborado pelo Departamento de Segurança Nacional do Gabinete da Presidência do Governo)

A LSN distingue três **componentes fundamentais** no conceito de Segurança Nacional, nomeadamente a **Defesa Nacional**, a **Segurança Pública** e a **Ação Exterior**, e define ainda os seguintes âmbitos de interesse para a Segurança Nacional: a segurança cibernética, a segurança econômica e financeira, a segurança marítima, a segurança do espaço aéreo e ultraterrestre, a segurança energética, a segurança sanitária e a preservação do meioambiente.

A Lei regula também a contribuição de recursos humanos e materiais dos set

ores estrat3gicos para a Seguran3a Nacional, tanto p3blicos quanto privados, que se tornam parte do cat3logo de recursos que podem ser disponibilizados para a Na3o, se necess3rio, para o qual estabelece a obriga3o de as empresas que ope- rarem servi3os essenciais e de infraestruturas cr3ticas colaborarem com as Admi- nistra3es P3blicas. Por outra parte, em coer3ncia com a Estrat3gia de Seguran3a Nacional, a LSN considera a promo3o da Cultura de Seguran3a Nacional como um requisito essencial para salvaguardar a liberdade, a justi3a, o bem-estar, o pro- gresso e os direitos dos cidad3os.

3. CONCLUS3O

O Reino da Espanha possui uma Estrat3gia de Seguran3a Nacional que visa a proteger a liberdade e o bem-estar dos cidad3os, garantir a defesa da Espanha e de seus princ3pios e valores constitucionais, bem como contribuir, juntamente com seus parceiros e aliados, para a seguran3a internacional. Tudo isso, a partir de um conceito amplo, que pretende cobrir todos os 3mbitos que afetam a seguran3a do Estado e dos cidad3os, e de uma perspectiva din4mica, que facilita a adapta3o 3s r3pidas altera3es que vivencia o entorno estrat3gico.

Neste cen3rio em mudan3a, a ESN considera que a Espanha deve se projetar para o exterior com um perfil pr3prio, como um Estado de primeira ordem situa- do em uma privilegiada, e ao mesmo tempo complexa, posi3o geoestrat3gica, a partir da qual trabalha na procura da estabilidade, da paz e da seguran3a no con- texto internacional. Nesta tarefa, a Uni3o Europeia, o Mediterr4neo e a Am3rica Latina s3o as grandes prioridades estrat3gicas da Espanha, enquanto a 3frica, o espa3o euro-atl4ntico e outras regi3es do mundo t3m s3o 3reas de aten3o preferencial. A Estrat3gia de Seguran3a Nacional considera que os desafios e as amea3as globais s3o s3o podem ter solu3es globais. Por isso, prop3e umas rela3es no seio da comunidade internacional baseadas na coopera3o, na tomada coletiva de decis3es e na a3o multilateral, fun3o em que s3o determinantes organiza3es como a ONU e a OTAN.

A ESN identifica, no contexto internacional, riscos e amea3as tradicionalmen- te vinculados ao 3mbito da Seguran3a, como os conflitos armados, o crime orga- nizado, o terrorismo, a vulnerabilidade do espa3o mar3timo e das infraestruturas cr3ticas e servi3os essenciais, a prolifera3o de armas de destrui3o em massa e a espionagem. Junto com estes, distinguem-se outros riscos e amea3as novos ou que, embora j3 fossem reconhecidos como elementos perturbadores, nem sempre eram associados prioritariamente ao campo da Seguran3a, tais como a instabili- dade econ3mica e financeira, a vulnerabilidade energ3tica, os fluxos irregulares de imigrantes ou a vulnerabilidade diante de amea3as cibern3ticas ou de emerg3ncias e cat3strofes. O documento detalha ainda na sua an3lise outros fatores poten- cializadores, como a pobreza, a desigualdade, os desequil3rios demogr3ficos, os extremismos ideol3gicos, as mudan3as clim3ticas e o uso nocivo das novas tecno-

logias, que podem gerar novos riscos e ameaças ou multiplicar e agravar os que já existem.

Em resposta a estes desafios, a ESN estabelece objetivos a atingir e linhas de ação estratégicas a seguir no âmbito da Defesa Nacional e em outras onze áreas de atuação que correspondem, em linhas gerais, às modalidades de riscos e ameaças identificados. A fim de dar coerência a este conjunto de atuações de tão diversa natureza e promover seu planejamento e execução, foi criado um Sistema de Segurança Nacional, dirigido pelo Presidente do Governo, que tem o apoio de um Conselho de Segurança Nacional, comitês especializados e um Departamento de Segurança Nacional, que mantêm a ligação entre as instituições dos diferentes níveis da Administração envolvidos nestas atividades. Deve-se destacar que os trabalhos desta estrutura foram facilitados com a aprovação da Lei de Segurança Nacional, que criou os instrumentos legais que permitem operacionalizar os princípios políticos e estratégicos enunciados na ESN.

REFERENCIAS

CESEDEN. (2007). **Modelo Español de Defensa y Seguridad**. Ministerio de Defensa español.

Escuela de Altos Estudios de la Defensa. (2014). **Perspectivas para el desarrollo futuro de la estrategia de seguridad**. Ministerio de Defensa.

Gobierno de España. (2013). **Estrategia de Seguridad Nacional**. *Un proyecto compartido*. Presidencia del Gobierno.

Gobierno de España. (2015). **Ley 35/2015, de 28 de septiembre, de Seguridad Nacional**. Boletín Oficial del Estado nº233.

Gobierno de España. (2016). **Informe Anual de Seguridad Nacional 2015**. Ministerio de la Presidencia.

Laborie Iglesias, M. (2014). **La Estrategia de Seguridad Nacional (Mayo 2013)**. Instituto Español de Estudios Estratégicos.

Ruiz González, F. (2013). **La Nueva “Estrategia de Seguridad Nacional”: Continuidad y Cambio**. Fundación Ciudadanía y Valores.

Zamora Navarro, J. (2016). **La Ley 36/2015, de Seguridad Nacional**. Instituto Español de Estudios Estratégicos.

THE US NATIONAL MILITARY STRATEGY: US ARMY SUPPORT TO NATIONAL MILITARY OBJECTIVES

Major Andrew Sanders US Army¹

This paper will explain the National Military Strategy (NMS) of the United States and its implications for the US Army. In order to do so we must answer the following questions: what is a National Military Strategy; how this strategy is developed and how it supports other national strategies; what is the current strategy; and how the US Army contributes to achieving the National Military Objectives (NMOs) established in the NMS.

What is a US National Military Strategy?

The National Military Strategy (NMS) is the Chairman of the Joint Chiefs of Staff's contribution to meeting the ends established in the National Security Strategy (NSS) and the National Defense Strategy (NDS). In addition, the NMS provides strategic direction to the services, especially how the services should work together in the joint environment to meet those ends (U.S. Joint Chiefs of Staff, 2013). The most recent NMS is dated June 2015 and aligned with the NSS dated February 2015. The NMS advises the President and directs the services on how to employ the military instrument of national power, the M in DIME (Diplomatic, Informational, Military, and Economic) to achieve national security objectives. In order to effectively provide guidance to the services, the NMS defines the strategic environment. This includes key threats and characteristics of the international political and economic situation that will impact the employment of military force. Furthermore, the NMS establishes National Military Objectives and prioritizes missions that the military can be expected to perform in support of these objectives. Finally, the NMS explains how the Joint Force will support the execution of nationally prioritized missions in accordance with the strategy formulation framework.²

In addition to being an internal strategy document for the Armed Services, the NMS also advises the President of what resources will be required to carry

1 Oficial do exército dos Estados Unidos designado instrutor da ECEME.

out the strategy. This, in turn, drives the President’s budget request to the Congress, allowing the legislative branch to make decisions on the proper resourcing to meet the desired ends. Finally, the NMS provides the armed forces with an opportunity to explain to the American public, allies, and adversaries how the Joint Force plans to employ its resources to achieve US defense goals. Thus the NMS establishes the ends, ways, and means that the military will use to achieve US security objectives.

2. How is the NMS developed and how does it fit in the mosaic of national strategies?

The National Military Strategy seeks to apply strategic concepts (ways) and military resources (means) to achieve the National Military Objectives (ends). In order to develop this strategy, the NMS relies on guidance from key US strategic documents including the President’s National Security Strategy, the Secretary of Defense’s National Defense Strategy and Defense Strategic Guidance, as well as the congressionally mandated Quadrennial Defense Review (QDR). The NMS will then be used to inform operational planning at the regional Combatant Commands, and to provide guidance to the services on capabilities and concepts for joint warfighting. Figure 1 demonstrates how the various strategy documents are nested and how they are translated into military plans.



Figure 1 – National Strategy (Army War College Defense Strategy Course, 2016)

3. Current National Military Strategy

The NMS describes the strategic environment as increasingly complex with a rapid diffusion of informational and military technologies that erodes long stand-

ing military advantages. In addition to technology diffusion and global demographic shifts, revisionist states seek to change regional balances of power and the state of the international order.

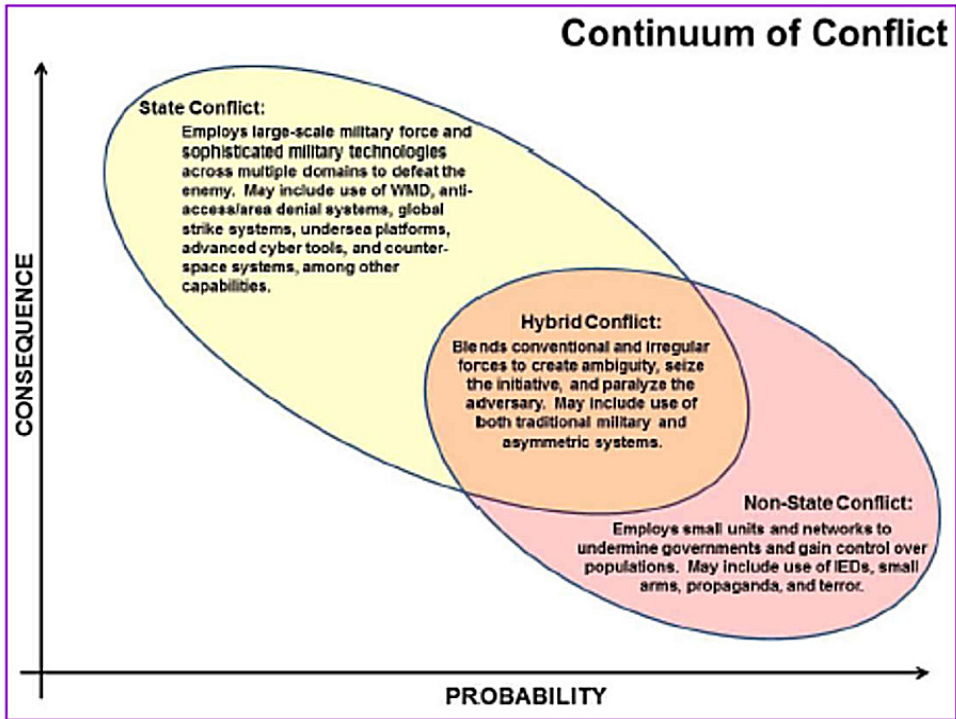


Figure 2 – Continuum of conflict

Chief among these challenges are Russia, Iran, and North Korea (U.S. Joint Chiefs of Staff, 2015). In addition, the strategic environment accounts for and welcomes a rising China, but points out that China also has interests that may conflict with the existing international order. Although none of these actors are likely to directly challenge the US in a conventional armed conflict, the US must be prepared to respond to the security challenges posed by these nations' policies. In addition to challenges presented by state actors, the strategic environment includes challenges posed by non-state actors such as Violent Extremist Organizations (VEO), exemplified by Al-Qaida and the Islamic State of Iraq and the Levant (ISIL).⁵ These actors inject additional volatility, uncertainty, complexity and ambiguity into the international security environment. In between the conventional state and unconventional non-state actors lies the gray area of hybrid conflict in which state actors may employ elements of non-state forces or tactics to achieve limited political objectives.

This environment presents the military instrument with a wide range of possibilities for conflict. The NMS posits an “integrated approach”⁶ to deal with the complex international security environment. This integrated approach yields

three national military objectives (NMO): deter, deny and defeat state based threats; disrupt, degrade and defeat non-state threats; and strengthen our global network of allies and partners.

4. How the US Army Contributes to Achieving National Military Objectives

The current NMS indicates that the Joint Force will be called upon to deal with high capability state based threats, hybrid threats, and non-state actors in order to meet the National Military Objectives (NMO), the “ends” of the NMS. Of the twelve Joint Force Prioritized missions to meet the NMOs, land forces have a significant role in eleven. The challenges associated with employing the army to meet NMOs is similar to being prepared to play football, hockey, and basketball near simultaneously was equipped with only a rugby team.

U.S. ENDURING NATIONAL INTERESTS

- The security of the United States, its citizens, and U.S. allies and partners.
- A strong, innovative, and growing U.S. economy in an open international economic system that promotes opportunity and prosperity.
- Respect for universal values at home and around the world.
- A rules-based international order advanced by U.S. leadership that promotes peace, security, and opportunity through stronger cooperation to meet global challenges.

NATIONAL SECURITY INTERESTS

- The survival of the Nation.
- The prevention of catastrophic attack against U.S. territory.
- The security of the global economic system.
- The security, confidence, and reliability of our allies.
- The protection of American citizens abroad.
- The preservation and extension of universal values.

NATIONAL MILITARY OBJECTIVES

- Deter, deny, and defeat state adversaries.
- Disrupt, degrade, and defeat violent extremist organizations.
- Strengthen our global network of allies and partners.

Figura 3 – Strategic Interests and National Military Objectives.

This requires a land force, and specifically an army, that is flexible, adaptable and innovative to deal with a wide range of missions. Therefore US Army must be prepared to compel an adversary, deter aggression and assure allies (Briefing by TRADOC Commander, GEN Perkins at The Center for Strategic and International Studies, 2014). Compel includes being prepared to defeat an adversary on a high intensity, conventional battlefield with joint and combined arms maneuver. Deter includes preventing adversaries from taking aggressive action against allies in attempts to disrupt the status quo. Assure includes demonstrating to US treaty allies that the US is willing and capable of meeting its international defense commitments. The Army's plan to meet these requirements, the "ways" of the strategy, include increased readiness, development of new operating concepts and doctrine. Finally the "means" of the strategy include current systems and force modernization efforts.

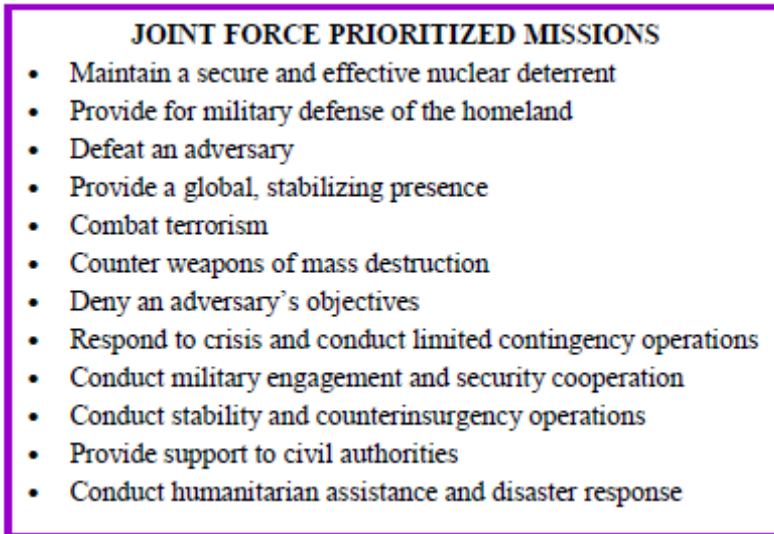


Figure 4 – Joint Force Missions where the US Army has a significant role (National Military Strategy).

5. Deter, Deny, Defeat State Adversaries

In the near term, the US Army must maintain a high level of readiness from crew to brigade combat team (BCT) level in order to deter adversary aggression, deny adversary objectives, and if necessary defeat adversaries in high intensity close combat. To this end, US Army Chief of Staff General Mark Milley made readiness is the Army's number one priority. This focus on increased readiness includes additional training at the Combat Training Centers (CTC), exercises and deployments. Increased readiness requirements apply to the Total Army which includes the US Army Reserve and Army National Guard. The reserve component must be prepared to mobilize rapidly in support of large scale conventional

operations. The National Defense Authorization Act (NDAA) of 2017 approved an increase of Army end-strength to 476,000 (Harrison and Todd, 2017) from a planned 460,000. This increased end strength will improve readiness by allowing the army to more rapidly respond to threats due to an increase of combat units available to deploy in support of contingencies. The NMS requires land forces that are trained and prepared to deploy from the continental United States (CONUS) to a theater of operations and win. The recent deployment of a BCT from Fort Carson Colorado to Eastern Europe, as part of Operation Atlantic Resolve, trained units not only to fight, but to deploy over multiple modes of transport into a theater of operations. The US Army plans additional BCT rotations to exercise this deployment capability and to assure NATO allies of US capability and commitment and to deter further Russian aggression on its western frontier (Freeburg, Sydney J., 2017). This will ensure that the US Army is well trained and prepared to deploy to a theater of operations and conduct combined (multinational), joint, and combined arms maneuver. All of these factors contribute to the Army's ability to achieve the NMO of deterring, deny and defeat as part of the joint force.

In addition to readiness, the Army must develop concepts, doctrine, and tactics to adapt to the new realities of the modern battlefield. The challenges most recently exposed on the battlefields of eastern Ukraine include operating in a degraded environment, being subjected to electronic warfare attacks, cyber-attacks, constant observation of enemy unmanned systems and human sources, and under threat of precision targeted and massed enemy indirect fires. New concepts articulated in the Army Operating Concept "Win in a Complex World" (TRADOC Pamphlet 525-3-1) and Multi-Domain Battle (*Multi-Domain Battle: Combined Arms for the 21st Century*) seek to address doctrine and tactics gaps for operating across the spectrum of operations, with a renewed focus on high end threats. The US Army Training and Doctrine Command (TRADOC) along with the US Marine Corps is leaning forward on the development of the Multi-Domain battle, publishing a white paper in early 2017. Although the concept is still developing, the decisions made now in doctrine and tactics will have a major impact on the Army's ability to contribute to the success of the NMO of defeating an aggressor state.

In addition to increased readiness and development of new doctrine, the US Army must innovate to use its existing equipment in new ways and develop new systems to defeat emerging adversary tactics and systems. Operations in Ukraine demonstrated the need for improved air defenses, cyber-electromagnetic warfare (CEW), precision target acquisition and massed strike, as well as improved tank and armored infantry fighting vehicles (Karber Phillip, 2017). The US Army is currently developing these systems, but they will not be available in the short term. The replacement systems for the "Big 5" will not be fielded until the 2020s

and beyond. However, in the near term the army is fielding anti-unmanned aerial vehicle (UAV) systems, improving tactical CEW systems, and integrating a 30 millimeter automatic cannon on the Stryker wheeled armored vehicle. Continued improvement of legacy systems such as the Stryker and M1 tanks as well as developing new capabilities such as CEW, and high energy lasers will allow the US Army to contribute to achieving NMOs in the land domain.

6. Disrupt, Degrade, and Defeat Violent Extremist Organizations

In addition to being prepared to face state actor adversaries in the near future, land forces must be prepared to operate against networked and asymmetric threats on the lower end of the combat spectrum in current operations. In order to contribute to the disruption, degradation and defeat of VEOs, the Army works as part of a joint, inter-organizational, and multinational team. In support of the NMO, the US Army deployed conventional combat forces, special operations units, advise and assist units and training teams in support of contingency operations and allied countries facing internal VEO threats. A clear example of this is US Army Support to Operation Inherent Resolve in Iraq and Syria. In support of Operation Enduring Freedom against the VEO threat in Afghanistan, the Army continues to conduct counterinsurgency (COIN) operations, support wide area security missions, and conducts advisory and combat operations in conjunction with Afghan forces.

In addition to combat and advisory deployments in support of operations against violent extremist organization (VEOs), the US Army works with partners and allied forces around the world. Security Cooperation activities include conducting interoperability exercises, providing materiel and support to purchases of US equipment, and conducting training of partner nation military and security forces. Security Cooperation activities not only work to disrupt, degrade and defeat VEOs by building partner nation capabilities and capacity, but also ensure interoperability when conducting combined operations against VEOs. These activities also support efforts related to the third nation military objective of strengthening the global network of allies and partners.

7. Strengthen Our Global Network of Allies and Partners

As stated in the Army Operating Concept, future operations will be not only joint and inter-organizational, but also multinational. This means that the US Army must be prepared to build stronger partnerships with allied countries and be prepared to provide technical assistance and training to partner nation security forces. In order to reach the objective of strengthening the network of allies and partners, the US Army plans to create a Security Force Assistance Academy and six permanent Security Force Advise and Assist Brigades (SFAB) at Fort Benning, Georgia (US Army Public Affairs, 2017). The academy will focus on providing

the necessary advisory skills to work effectively with partner nation forces. The SFABs will be manned with seasoned officers and non-commissioned officers (NCOs). In addition, these officers and NCOs will have additional training in culture and language required to work with partner nations. The end state will be dedicated units SFAB with better prepared to assist combined arms units because of the level of experience and technical knowledge of combined arms operations at the brigade combat team level.

The Army's network not only includes international partners, but the US interagency as well. The National Military Strategy states that "Success will increasingly depend on how well our military instrument can support the other instruments of national power and enable our network of allies and partners."(NME) Thus, the Army must be prepared to operate in the interagency environment. In order to improve interagency operations, the US Army invites interagency partners to attend Professional Military Education (PME), integrates political advisors at the theater armies, and stations officers in embassies around the world as military Attaches and Security Cooperation Officers.

8. Strategic Risk for Ground Forces

The US Army's contributions to achieving the National Military Objectives are not without risk. There is a tradeoff in the US Army's efforts to meet current requirements. In order to maintain higher levels of readiness and increased end-strength, the Army is prepared to take some longer term strategic risk in terms of force modernization. Almost all of the US Army's major weapon systems are over 30 years old and will not see the possibility of replacement until the 2020s or beyond. This risk becomes considerably greater when faced with an aggressive Russia that has begun to modernize its major systems and apply new technologies in novel ways to legacy systems as evidenced in Russian Army operations in the Ukraine. Russia currently fields main battle tanks with active protection systems (APS) and has integrated unmanned aircraft targeting with legacy rocket artillery systems (Karber, MWI lecture). The US Army currently does not field APS and is ill equipped to face manned and unmanned aerial threats because of a lack of modern short range air defense systems at the Brigade Combat Team level. If the US Army does not address its modernization shortfalls, it may be faced with localized overmatch in close combat with a peer or near-peer adversary.

The primary mitigations of the strategic risk is the high level of training and readiness that the US Army maintains as well as increased forward presence to deter adversaries, and the strength of the joint force. Moreover, incremental improvements in legacy systems as well as small scale deployments of new systems also work to mitigate strategic risk in potential conflict with a peer or near-peer adversary.

9. Conclusion

The National Military Strategy is the Chairman of the Joint Chief of Staff's strategy that articulates how the 'M' in DIME, will support the National Security Strategy. It is developed in a manner that is fully nested with the National Security Strategy and The National Defense Strategy, outlining how the military will support national security objectives. Moreover, the NMS provides clear National Military Objectives that the Joint Force must be prepared to achieve. These NMOs are Deter, Deny and Defeat State adversaries; Disrupt, Degrade and Defeat Violent Extremist Organizations; and Strengthen the Global Network of Allies and Partners. The US Army is well postured within the Joint Force to meet these objectives through ready forces, combat deployments, and security cooperation activities. Although the US Army is prepared to accept some risk in near to medium term modernization, this is largely offset by increased readiness and incremental improvements to legacy systems. The National Defense Authorization Act of 2017 developed some new requirements for the National Defense and National Military Strategies, and both are currently under review (The National Defense Authorization Act of 2017). Based on these requirements the new National Defense Strategy will be published by mid-2017 and the new National Military Strategy will be produced in 2018.

“The views expressed in this academic research paper are those of the author and do not reflect the official policy or position of the Department of the Army, Department of Defense, or the United States Government.”

REFERENCES

Briefing by TRADOC Commander, GEN Perkins at The Center for Strategic and International Studies, 29 April 2014 <https://www.youtube.com/watch?v=tDINNckJzTY> (Accessed 23 May 2017.)

Freeburg, Sydney J. *Over Where? Army Struggles To Relearn Rapid Deployment*, Breaking Defense Web Site; <http://breakingdefense.com/2016/03/over-where-army-struggles-to-relearn-rapid-deployment/> (accessed 23 May 2017.)

Harrison, Todd, *What to Expect in the FY 2018 Defense Budget*, Center for Strategic and International Studies web site <https://www.csis.org/analysis/what-expect-fy-2018-defense-budget>, (accessed 23 May 2017.)

Karber, Phillip, Lecture on Russian Operations in Ukraine given at Modern War Institute (MWI), West Point, NY 13 April 2017; <https://mwi.usma.edu/video-dr-phillip-karber-explains-russian-operations-ukraine/> (accessed 23 May 2017.)

National Military Strategy, 11.

United States Congress, *The National Defense Authorization Act of 2017*; <https://www.congress.gov/114/bills/s2943/BILLS-114s2943enr.pdf> (accessed 23 May 2017.)

U.S. Joint Chiefs of Staff. "Chapter III: Functions of the Department of Defense and Its Major Components." *Joint Pub 1, Doctrine for the Armed Forces of the United States*. Washington, DC: U.S. Joint Chiefs of Staff, 25 Mar 2013

U.S. Joint Chiefs of Staff, *The National Military Strategy of the United States of America 2015* (Washington, DC: U.S. Joint Chiefs of Staff, June 2015). http://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Publications/2015_National_Military_Strategy.pdf (accessed 2 February 2017).

US Army Public Affairs, *Army creates Security Force Assistance Brigade and Military Advisor Training Academy at Fort Benning*, February 16, 2017; https://www.army.mil/article/182646/army_creates_security_force_assistance_brigade_and_military_advisor_training_academy_at_fort_benning (accessed 22 May 2017.)

US Army War College Defense Strategy Course. https://usawc.blackboard.com/webapps/blackboard/content/listContent.jsp?course_id=_2071_1&content_id=_111980_1&mode=reset (accessed 21 November 2016)

US Army War College Defense Strategy Course; <https://usawc.blackboard.com/> (Accessed 21 November 2016.)

US Army Training and Doctrine Command, TRADOC Pamphlet 525-3-1 *The Army Operating Concept: Win in a Complex World 2020-2040*;

US Army Training and Doctrine Command, *Multi-Domain Battle: Combined Arms for the 21st Century* http://www.tradoc.army.mil/MultiDomainBattle/docs/MDB_WhitePaper.pdf , (accessed 23 May 2017.)

LA ESTRATEGIA NACIONAL DE DEFENSA DE PARAGUAY

Major do Exército do Paraguai Antolin CORONEL¹

1 INTRODUCCION

Este mundo cada vez más intercomunicado e interdependiente, caracterizado por la globalización, que obliga necesariamente a monitorear, observar y analizar los variados escenarios que se presentan, impulsan al Paraguay a desarrollar una visión política, social y económica tendiente al aseguramiento del desarrollo sostenible, pero con respeto a su identidad nacional.

El nuevo escenario mundial de la Defensa, marcado por una agenda expuesta a cambios permanentes e incertidumbre, afirma que la Defensa Nacional se sustenta en dos pilares: las relaciones exteriores y las Fuerzas Armadas, y que el sistema democrático es el que brinda mejores oportunidades de desarrollo en una nación, partiendo de los principios de Libertad, Tolerancia y Justicia, como elementos virtuosos para la gobernabilidad política y la cohesión de la misma.

La Defensa Nacional es compromiso de todos los paraguayos que anhelan la paz, la democracia, la justicia, el respeto y la dignidad de las personas, es un elemento transversal en la política nacional, se constituye en una Política Pública que, adecuadamente desarrollada, garantiza liderazgos, así como unas Fuerzas Armadas profesionales y con valores, elementos constitutivos de una democracia estable y, lo más importante, de un Estado con fortaleza y moral.

En el Paraguay, los principios y valores inspiran a las Instituciones Militares, constituyendo esto un factor de confianza para la democracia. La profesión militar es una actividad, con ética y moral, orientada a la acción. En este contexto, las Fuerzas Armadas Paraguayas perciben el desafío de un mundo moderno y saben que se enfrentan a un proceso de cambio; por ello, ante esta nueva realidad reconocen que se pasa de una seguridad basada exclusivamente en ejércitos convencionales a una seguridad más amplia, con mayor énfasis en la inteligencia estratégica, interoperatividad, velocidad y cooperación, en la cual la fuerza debe usarse de una manera disuasiva y controlada, a fin de ocasionar el menor daño posible.

La Defensa Nacional del Paraguay se apoya en primera instancia en la solución pacífica de las controversias, basada en una capacidad apropiada de negociación y el mantenimiento de una Fuerza Militar permanente y suficiente para garantizar una respuesta adecuada y oportuna, de tal manera a cooperar con la conducción

¹ Oficial do Exército do Paraguai. Realizou o Curso de Comando e Estado-Maior para Oficiais de Nações Amigas na ECEME em 2015.

superior del Estado y sus fines. Garantizar la seguridad de los paraguayos, es una responsabilidad irrenunciable del Gobierno Nacional. La Política de Defensa y la capacidad de las Fuerzas Armadas para prevenir, disuadir y responder ante acciones que pongan en peligro la seguridad de la nación, conforman la columna vertebral del sistema institucional de la Defensa que contribuye de manera singular a la Seguridad Nacional.

La posición central en América del Sur condiciona que el país juegue un papel importante en la planificación y ejecución de la defensa de intereses vitales, tanto para el Paraguay como con los países vecinos. Eso requiere que su sistema de seguridad y defensa tenga la estatura estratégica requerida.

La dinámica del comportamiento del escenario internacional y sobre todo del entorno regional; como así mismo el surgimiento de las nuevas y complejas amenazas a la Seguridad Nacional, obliga a tomar determinaciones y proceder en el mantenimiento de las capacidades y desarrollar estrategias necesarias y alcanzables que se precisan para la Defensa Nacional.

Este artículo permitirá tener una visión general de la Estrategia Nacional de Defensa del Paraguay a nivel Nacional y Regional y determinara los puntos fuertes de las capacidades a ser desarrolladas para el logro de sus objetivos.

2 LA ESTRATEGIA DE DEFENSA DE PARAGUAY

2.1 CONDUCCIÓN POLITICA DEL ESTADO PARAGUAYO

Si bien la conducción superior del Estado es atribución y responsabilidad de los gobernantes, la participación de todos los habitantes del país es un compromiso y un deber. En tal sentido, la propia Constitución Nacional del Paraguay establece “De la primacía del interés general y del deber de colaborar” y dispone en su Art. 128 que “en ningún caso el interés de los particulares primará sobre el interés general. Todos los habitantes deben colaborar en bien del país, prestando los servicios y desempeñando las funciones definidas como carga pública que determinen la Constitución Nacional y la Ley”. Es deber indelegable del Gobierno organizar, dirigir y aplicar los recursos con el propósito de materializar los fines del Estado, mediante un proceso de decisiones sucesivas y consecuentes. La esencia de la conducción política radica en la capacidad de integrar el pueblo a las acciones del buen gobierno.

2.2 LA POLÍTICA COMO MARCO DE LA DEFENSA

La Política de Defensa guía los esfuerzos del Paraguay en respuesta a los futuros problemas de seguridad nacional e internacional, y tiene por finalidad dotar a la República de un eficaz instrumento de prevención y respuesta destinado a garantizar la seguridad integral y permanente de los siguientes intereses nacionales:

- a. La existencia del estado Paraguayo, su libertad, independencia y soberanía.
- b. La integridad de la población nacional y del patrimonio de la República, tanto tangible como intangible, dentro y fuera del país.
- c. La plena vigencia del Estado de Derecho y de las Instituciones democráticas.
- d. La preservación de la identidad y unidad de la Nación.
- e. Las condiciones propicias para la consecución y/o mantenimiento de los objetivos nacionales.
- f. La permanencia de las condiciones de estabilidad e previsibilidad indispensables para el normal desarrollo de la vida nacional.

2.3 RELACIÓN ENTRE LA POLÍTICA DE DEFENSA Y LA POLÍTICA EXTERIOR

Complejidad e incertidumbre son las características dominantes en el ambiente internacional en cuanto a seguridad, pero es claro que cualquier desafío a la seguridad y defensa del Paraguay será limitado y localizado. La Política de Defensa debe ser coherente con la Política Exterior, sobre la base de las disposiciones constitucionales que rigen nuestra actuación en el concierto de las nacionales, y que están dirigidas a contribuir a la construcción de un orden internacional basado en el respeto al derecho internacional y a los principios de independencia y autodeterminación de los pueblos; la igualdad jurídica entre los Estados; la solidaridad y la cooperación internacionales; la protección internacional de los derechos humanos; la libre navegación de los ríos internacionales; la no intervención y la condena a toda forma de dictadura, colonialismo e imperialismo, de conformidad con lo establecido en el artículo 143 de la Constitución Nacional.

Seguirán existiendo serios desafíos en lo relacionado con la lucha contra el narcotráfico, contra el terrorismo, el tráfico internacional de armas y sustancias prohibidas, crimen organizado internacional otras amenazas transnacionales que solo pueden combatirse eficazmente por medio de la acción concertada con otros países.

Globalmente aumentarán las oportunidades para que el Paraguay participe en operaciones de paz, operaciones especializadas como desminado de áreas, actividades de seguridad colectiva, etc. La demanda internacional para el Mantenimiento de Paz ha aumentado en los últimos años y con mayor seguridad seguirá esa tendencia debiendo las Fuerzas Armadas de la Nación estar preparadas para enfrentar estos desafíos.

El Paraguay ha firmado un memorando de entendimiento con las Naciones Unidas, en virtud del cual deberá tener disponibles fuerzas operativas para participar activamente en el sistema de seguridad colectiva internacional.

A pesar de que la posibilidad de una seria amenaza a la seguridad de la

integridad territorial del Paraguay es baja, ella no puede ser descartada. Por eso nuestras necesidades de defensa serán tenidas en consideración a través de la disponibilidad de una capacidad de disuasión adecuada.

2.4 OBJETIVOS DE LA DEFENSA NACIONAL

La defensa nacional es el sistema de políticas, procedimientos y acciones desarrollados exclusivamente por el Estado para enfrentar cualquier forma de agresión externa e interna que ponga en peligro la soberanía, la independencia y la integridad territorial de la República, o el ordenamiento constitucional democrático vigente.

Además de los roles tradicionales de la defensa, contempla también el control de amenazas de baja intensidad tales como el narcotráfico, el tráfico de armas, el terrorismo, las migraciones ilegales, las agresiones contra la identidad y unidad nacionales y el deterioro del ambiente, entre otras; y la contribución efectiva del Paraguay para la preservación de la paz y la seguridad internacionales, en cumplimiento de los compromisos asumidos por la República.

Un aspecto fundamental de esta política consiste en el enfoque sistémico de la Defensa Nacional, dentro del cual la defensa militar es asignada a las Fuerzas Armadas, mientras la defensa de los intereses políticos, económicos, sicosociales y científico-tecnológicos del Estado está asignada a otros organismos públicos, dentro del marco constitucional y legal, bajo la dirección del Presidente de la República.

La autogestión en cooperación es la estrategia para la implementación de esta política. La autogestión es esencial para las tareas nacionales que toda nación independiente debe realizar, tales como la defensa de su integridad, su soberanía, su independencia, su identidad nacional, entre otras. La cooperación con otros Estados, involucra la protección de los intereses nacionales coincidentes con los de otros países, tales como la protección y conservación del ambiente y otras amenazas de carácter transnacional tales como el narcotráfico, el terrorismo y el tráfico de armas. Esto solo puede ser alcanzado mediante la acción concertada entre Estados que comparten similares intereses.

2.5 LA ORIENTACIÓN PARA INVERTIR EN DEFENSA

Una de las prioridades de los Gobiernos de turno es la de rectificar las deficiencias estructurales más críticas en el Sistema de Defensa Nacional. Para ello en el corto plazo, propondrá al Congreso Nacional un nuevo marco institucional y legal para la Defensa, de tal forma que ella pueda adaptarse a las necesidades tanto nacionales como internacionales, de manera a permitir la participación activa del Paraguay en operaciones de paz y el mejoramiento de las capacidades nacionales de control de los tráficos fluvial, terrestre y aéreo y de combate efectivo al narcotráfico, el terrorismo, el tráfico de armas, el lavado de dinero, las migraciones

ilegales, las agresiones contra la identidad y unidad nacionales y el deterioro del ambiente.

Al mismo tiempo las Fuerzas Armadas de la Nación, serán sometidas a una serie de mejoras en su eficiencia, a través del perfeccionamiento de los planes educativos del personal militar (incluyendo nuevos y exigentes programas de estudio), transferencia de recursos desde funciones logísticas a áreas operacionales en las fronteras, de manera que los Paraguayos puedan contar con una mejor defensa con sus contribuciones fiscales.

La inversión en el personal será la clave. Esto involucrará cambios radicales en las operaciones de manera que los estándares profesionales sean alcanzados y sostenidos de manera que los recursos humanos puedan ser reclutados, entrenados y retenidos para servir al Paraguay en una nueva y exigente carrera profesional.

2.6 REFORMAS PROPUESTAS EN EL SECTOR DEFENSA

Para el cumplimiento de lo establecido por la Constitución Nacional y para asegurar el control de la autoridad constitucional civil sobre las FFAA, se plantea la reforma total de la Defensa, debiendo ser ella iniciada desde varios frentes tales como la reformulación de los conceptos de seguridad y defensa abarcando todos los intereses nacionales que deben ser protegidos por el Estado, la reestructuración del Ministerio de Defensa, la Organización de las Fuerzas Armadas y del personal militar, el replanteamiento de sus reglamentos y la actualización de su doctrina para responder a los desafíos del nuevo contexto sub-regional, regional y global.

Las propuestas de modificación del marco legal de la Defensa están dirigidas a contar con un eficaz instrumento de prevención y respuesta destinado a garantizar la seguridad integral de la República en el aspecto general, y en lo militar a potenciar el control constitucional civil de las Fuerzas Armadas y optimizar la utilización de los recursos mejorando la gestión en el sector. En estos aspectos merecen destacarse la inclusión del Ministerio de Defensa Nacional en la cadena de mando de las Fuerzas Armadas, la reorganización operativa del Ejército en Comandos Divisionarios y Brigadas reduciendo la pesada estructura basada en Cuerpos de Ejército, Divisiones y Brigadas, adoptando de esta forma una organización más flexible, operativa y adecuada a nuestras necesidades y recursos.

2.7 ORIENTACIÓN ESTRATÉGICA

La Defensa Nacional de la República del Paraguay está orientada a la consecución de un ambiente de seguridad dentro del cual los intereses fundamentales de la Nación estén libres y exentos de todo peligro, daño o riesgo.

En este contexto, la Seguridad Integral de la República aparece como un fin, y la Defensa Nacional como un conjunto de actividades que tienen por objeto amparar, librar y proteger a la Nación en su conjunto de todo peligro, daño o

riesgo, proveniente del exterior o el interior de la República.

Asume entonces un alcance que rebasa ampliamente el ámbito de los intereses puramente militares, y abarca los campos Político, Económico, Militar, Sicosocial y Científico-Tecnológico, involucrando en consecuencia todo lo que constituye un Interés Nacional enunciado como objeto de la defensa.

Por otro lado, al abarcar otros campos además del puramente militar, deja de ser una responsabilidad exclusiva de las Fuerzas Armadas y pasa a constituir un derecho y una obligación de todos los paraguayos debiendo ser implementada dentro del marco de las disposiciones constitucionales y legales, bajo la dirección del Gobierno.

La implementación está estrechamente ligada a las prioridades políticas, económicas, sicosociales y científico-tecnológicas del país y debe ser coherente y compatible con las políticas nacionales establecidas en cada uno de estos campos.

La actitud que asume el Paraguay para su Defensa se basa en la adopción de una postura no agresiva, sí disuasiva y propensa al respeto y el apoyo al orden internacional y sus valores; enmarcada dentro de las disposiciones de la Constitución Nacional y de los compromisos asumidos por el país como Miembro de la Organización de las Naciones Unidas, de la Organización de Estados Americanos; como parte en Acuerdos de Integración y otros Convenios bilaterales y multilaterales suscritos por la República.

La defensa nacional del Paraguay se sustenta en la disponibilidad de una gran capacidad de negociación y de detección oportuna de amenazas contra sus intereses nacionales; en la capacidad de reacción inmediata del Sistema de Defensa Nacional y en el mantenimiento de una fuerza militar permanente y suficiente para garantizar una respuesta adecuada y oportuna, para el caso en que la insuficiencia e ineficacia de los medios pacíficos obligue al país a utilizar la fuerza militar como último recurso para el ejercicio de su legítima defensa.

Como todos los intereses nacionales tienen que ser protegidos por el estado abarcando los cinco campos del Poder Nacional, es imposible que una sola Institución pueda encargarse de la protección de todos ellos.

En consecuencia la Defensa Nacional es implementada por medio de un sistema con capacidad de previsión y respuesta inmediata, encargado de realizar las funciones de planificación, organización, coordinación, ejecución y control tendientes a preservar la seguridad integral de la República y restablecerla en todos los casos en que la misma sea quebrantada.

Cada vez que una agresión o amenaza afecte un interés nacional definido como Objetivo Nacional (a ser logrado o mantenido) debe producirse inmediatamente una reacción adecuada del Sistema de Defensa Nacional, cuyas vías son las siguientes:

1. Una vía pacífica: que se utiliza para defender los Intereses Nacionales por medios diplomáticos o de otro tipo, sin recurrir a la fuerza.

2. Una vía violenta: que se utiliza cuando la vía pacífica es insuficiente o ineficaz, y que es el **único caso** en que se recurre al empleo de la fuerza.

El Sistema de defensa Nacional actúa bajo la dirección del Presidente de la República, quien toma las decisiones e imparte las órdenes pertinentes a los Órganos del Sistema, con el asesoramiento del Consejo de Defensa Nacional.

Cada Institución componente del Sistema de Defensa Nacional actúa dentro del ámbito específico de sus atribuciones constitucionales y legales. Si cualquiera de estas Instituciones es rebasada en su capacidad para afrontar adecuadamente la agresión o amenaza de que se trate, el Presidente de la República, en virtud de la facultad que le otorga la Constitución en el Art. 238 Inc.9 puede ordenar que las demás Instituciones acudan a apoyar a la Institución que tiene la responsabilidad principal en la atención del caso, hasta que la normalidad sea restablecida.

2.8 LINEAMIENTOS DE ACCIÓN

Para asegurar la consecución de sus objetivos de la Defensa Nacional, la República del Paraguay implementa las previsiones y acciones necesarias para:

- a. Contribuir a la construcción de un orden internacional basado en el respeto al derecho internacional y a los principios de independencia y autodeterminación de los pueblos; la igualdad jurídica entre los Estados; la solidaridad y la cooperación internacionales; la protección internacional de los derechos humanos; la libre navegación de los ríos internacionales; la no intervención y la condena a toda forma de dictadura, colonialismo e imperialismo, de conformidad con lo establecido en el artículo 143 de la Constitución Nacional.
- b. Aumentar y perfeccionar la capacidad de negociación de recursos humanos del país orientados hacia la defensa de los intereses nacionales.
- c. Capacitar recursos humanos para participar de operaciones internacionales e mantenimiento de paz, de acuerdo con los intereses y posibilidades nacionales.
- d. Implementar la participación de las Fuerzas Armadas en acciones subsidiarias que tiendan a la integración nacional de manera coherente con su misión constitucional.
- e. Proteger la integridad territorial sobre la base de la presencia nacional incluyendo la militar, y el apoyo de toda la sociedad.
- f. Perfeccionar la capacidad de comando, control e inteligencia de todos los órganos involucrados en la Defensa Nacional, proporcionándoles condiciones que faciliten el proceso de decisión, en la paz o en situaciones de

conflicto.

g. Mejorar y perfeccionar el sistema de vigilancia y defensa de la inviolabilidad del territorio nacional

h. Modernizar, perfeccionar y actualizar permanentemente la organización, la estructura, el adiestramiento y la articulación de las Fuerzas Armadas y los demás órganos involucrados en la Defensa Nacional, proporcionándoles las condiciones y los medios apropiados para el cumplimiento de sus misiones constitucionales y legales.

i. Regular y controlar los tráficos, terrestre, aéreo y fluvial dentro de la República.

j. Promover el desarrollo científico, tecnológico y productivo de recursos de interés estratégico para el país, de manera a minimizar la dependencia del exterior.

k. Fortalecer los sistemas nacionales de transporte, energía y comunicaciones

l. Mantener y perfeccionar el Sistema de Movilización Nacional para atender las necesidades del país cuando este se vea obligado a involucrarse en un conflicto armado.

m. Perfeccionar la defensa civil para casos de desastre.

n. Perfeccionar la defensa del medio ambiente.

o. Promover el interés y la participación de todos los sectores de la sociedad paraguaya en las actividades de defensa nacional.

3 CONCLUSION

Por todo lo expuesto, los requerimientos de nuestra defensa pueden resumirse de la siguiente forma.

A NIVEL NACIONAL

Capacidad para prevenir y controlar eficazmente las amenazas a la seguridad integral de la República, incluyendo las de baja intensidad tales como actos de sabotaje, terrorismo y tráfico ilegales, para asistir a connacionales/paraguayos en situación de peligro; para el cumplimiento de obligaciones internacionales para la seguridad en el tráfico aéreo y fluvial.

Esta capacidad debe incluir en el caso de desastre naturales, la provisión de servicios esenciales para la vida y la salud de la población; y en el caso que corresponda legalmente, el apoyo al mantenimiento del orden público y la defensa de las autoridades legítimamente constituidas. Además debe prever una capacidad que responda a los desafíos estratégicos del Paraguay a largo plazo y demuestre un compromiso del Paraguay con la seguridad internacional, suficiente para asegurar el apoyo de otras naciones.

A NIVEL SUBREGIONAL

Capacidad para contribuir efectivamente al mantenimiento de la paz y la seguridad en la Subregión del MERCOSUR, sobre la base de la disposición de condiciones de complementación e interoperabilidad defensiva.

A NIVEL REGIONAL

Condiciones para contribuir efectivamente a la preservación de la seguridad y la paz internacionales, cumpliendo las obligaciones y responsabilidades asumidas por el Paraguay ante Organismos Internacionales, manteniendo una capacidad militar que permita al país participar en toda la gama de operaciones de paz y humanitarias, fortaleciendo de esta manera la imagen del Paraguay ante la comunidad mundial.

REFERENCIAS

- **CN** (constitución Nacional). Asunción, Paraguay 1990
- **DIRECTIVA DE DEFENSA NACIONAL**. Paraguay 2013 – 2018
- **LEY 1337/97**. De Defensa Nacional y Seguridad Interna. Paraguay 97
- **LEY 5036/13**. De Defensa Nacional y Seguridad Interna. Paraguay 2013
- **LIBRO BLANCO DE LA DEFENSA**. Asunción, Paraguay 2013
- **HSIEN** Po Lee Teoría y Práctica de la Guerra Política. (Chino).
- **JUAREZ** Aparecido de Paula Cunha General de División. Pesquisa sobre el involucramiento de las Fuerzas Armadas del continente americano en actividades de seguridad pública Junta Interamericana de Defensa. 2009
- **MALDONADO** M Víctor. Estrategia Moderna (General Venezolano).
- **POLITICA DE DEFENSA DEL PARAGUAY**. Paraguay 1992
- **TELLERIA**, Escobar. Fuerzas Armadas, seguridad Interna y Democracia en Bolivia: entre la indefinición estratégica y criminalización. Recuperado de <http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL DA FEDERAÇÃO RUSSA ATÉ O ANO DE 2020

Tenente Coronel JOÃO RICARDO da C. CROCE LOPES¹

1. INTRODUÇÃO

“Стратегия национальной безопасности Российской Федерации” ou Estratégia de Segurança Nacional da Federação da Rússia (СНБ РФ – ESNFR) juntamente com a Constituição da Federação da Rússia, com a Lei Federal “Relativo a Segurança” e com a Mensagem do Presidente da Federação Russa à Assembléia Federal ano 3, de 31 de dezembro de 2015, formam a base de documentos relativos à Defesa e Segurança Nacional da Rússia.

Em 1997, após a consolidação da Federação Russa, foi publicada a primeira versão da ESNFR, ainda com a temática “Leste e Oeste” e apresentando o primeiro conceito (Russo) de segurança nacional fora da era soviética.

Em decreto do Presidente da Federação Russa nº 537, datado de 12 Maio 2009², após 12 (doze) anos, foi publicada uma nova Estratégia de Segurança Nacional, a qual substituiu o anterior “conceito de segurança nacional” por um novo conceito de Segurança Nacional como sendo a “interação entre as autoridades do estado, organizações e associações públicas da Federação da Rússia no domínio da proteção dos interesses nacionais e a segurança dos indivíduos, da sociedade e do Estado³”.

Em setembro de 2008, Presidente Dimitri Medvedev afirma a necessidade de um novo documento estratégico durante a reunião do Conselho de Estado, dedicado ao conflito armado na Ossétia do Sul. O trabalho sobre o texto foi realizado pelo grupo de trabalho interdepartamental no âmbito da Comissão Interdepartamental do Conselho de Segurança da Federação Russa sobre questões de planejamento estratégico. As diretrizes do documento foram acordadas em uma reunião do Presidente com os membros permanentes do Conselho de Segurança da Federação Russa, em 24 de abril de 2009.

Em outubro de 2015, a assessoria de imprensa do Conselho de Segurança informou que a Comissão Interdepartamental de planejamento estratégico, em

1 O Autor é instrutor da ECEME. Atualmente designado instrutor da Universidade Militar do Ministério da Defesa da Federação Russa.

2 Informação disponível no site de publicações da Federação Russa. <<http://www.scrf.gov.ru/news/436.html>> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

3 Decreto do Presidente da Federação Russa nº 537, de 12 de maio de 2009, artigo 6.

reunião chefiada pelo secretário da entidade, Nikolai Patrushev, iria apresentar a nova estratégia de segurança até o final do ano de 2015.



Figura 1 – Símbolo do Comitê de Segurança Nacional Russo (Fonte: Min Def Russo)

Em de 31 Dez 2015, pelo Decreto nº 683 do Presidente da Federação Russa, foi publicada a nova “Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa até o ano de 2020⁴” (Стратегия национальной безопасности Российской Федерации до 2020 года).

No sistema de planejamento estratégico russo, a “Стратегия национальной безопасности Российской Федерации” ou Estratégia de Segurança Nacional da Federação da Rússia (СНБ РФ – ESNFR) é atualizada uma vez a cada seis anos. E representa o documento básico para o sistema de planejamento e desenvolvimento da Federação Russa que visa garantir a segurança nacional até o ano de 2020.

A implementação da Estratégia de Segurança Nacional Russa tem por objetivos básicos contribuir para o desenvolvimento da economia nacional, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, reforçar a estabilidade política, assegurar a defesa nacional, a segurança pública, a competitividade e o prestígio internacional da Federação Russa.

Os principais pontos desta estratégia serão apresentados a seguir.

2. A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL RUSSA

O texto da Estratégia de Segurança Nacional Russa está dividido em seis grandes áreas de interesse estratégico, consolidados em 116 artigos.

4 Informação disponível no site de publicações da Federação Russa. < <http://www.scrf.gov.ru/documents/1/133.html>> Acesso em: 15 de novembro de 2016.

2.1 A primeira área apresentada são as **Disposições Gerais**, do artigo 1º ao 6º. Nestes artigos encontra-se a premissa da Estratégia – relação de simbiose e interdependência de segurança nacional da Federação Russa e o desenvolvimento socioeconômico do país. Também são indicados os seguintes conceitos:

Estratégia de segurança nacional da Federação Russa (doravante referida como a segurança nacional) é o estado de proteção do indivíduo, da sociedade e do Estado contra ameaças internas e externas que garantem a implementação dos direitos constitucionais e as liberdades dos cidadãos da Federação Russa (doravante referido como cidadãos), qualidade decente e de nível às suas vidas, soberania do Estado, independência, integridade territorial e desenvolvimento econômico e social da Federação Russa. A Segurança Nacional inclui a defesa do país e de todos os tipos de segurança previstas pela Constituição e as leis da Federação da Rússia, particularmente o Estado social, informacional, ambiental, econômico, transporte, segurança energética e segurança da pessoa. (ESNFR, art 6)

Os interesses nacionais da Federação Russa (doravante referidos como interesses nacionais) são as necessidades de indivíduos, da sociedade e do Estado no sentido de garantir sua proteção e desenvolvimento sustentável. As ameaças à segurança nacional são um conjunto de condições e fatores que, direta ou indiretamente, têm a possibilidade de causar mal a estes interesses. (ESNFR, art 6)

As prioridades estratégicas nacionais da Federação Russa (doravante referidas como as prioridades estratégicas nacionais) são as mais importantes áreas de segurança nacional; os sistemas; a soma das medidas para levar a cabo a implementação da política de estado na esfera dos órgãos de segurança nacional do poder do Estado e órgãos da autonomia local e ferramentas à sua disposição. (ESNFR, art 6)

2.2 A segunda área apresentada é a **visão da Rússia no mundo moderno**⁵. É nítida a preocupação em bem definir o “futuro incerto”, destacando 23 artigos para tal fim.

Em uma apresentação conjuntural até os dias de hoje, juntamente com uma abordagem por estimativa para o espaço temporal planejado (2020), são identificadas as situações e conjunturas do cenário mais realista.

É indicado que a política de Estado no campo da segurança nacional e desenvolvimento socioeconômico da Rússia irá contribuir para a realização das prioridades estratégicas nacionais e proteção eficaz dos interesses nacionais,

5 Estratégia de Segurança Nacional da Federação da Rússia, 2015, Art 7º ao 29º.

reforçando o seu papel no mundo emergente policêntrico.

Informa que a Rússia demonstrou sua capacidade para assegurar a soberania do Estado, independência e integridade territorial, protegendo os direitos dos compatriotas no exterior. Bem como, foi acrescido o papel da Federação Russa na resolução de problemas internacionais, resolução de conflitos militares, assegurando a estabilidade estratégica internacional e o estado de direito nas relações entre Estados. (A mídia russa destaca o apoio à Síria e ao Iraque como sucesso de tal capacidade).

Aborda que a economia russa tem demonstrado a capacidade de preservar e reforçar a sua capacidade em face da instabilidade na economia mundial e o uso de medidas econômicas restritivas impostas por alguns países contra ela.

Na geração mais jovem é formada uma atitude decente quanto à história russa. Um objetivo é a consolidação da sociedade civil em torno de valores comuns que formam a base da nação, tais como a liberdade e a independência da Rússia, humanismo, paz e harmonia inter-étnica, patriotismo, unidade das culturas dos povos multinacionais da Federação Russa, o respeito à família e às tradições religiosas.

A estratégia aborda que a Rússia deve atuar em meio às novas ameaças à segurança nacional com um abrangente e complexo cenário inter-relacionado. Aponta também a realização de políticas externa e interna independentes, as quais são contestadas pelo EUA e seus aliados, procurando manter a sua posição dominante nos assuntos mundiais. Reconhece que a política em curso, de contenção da Rússia, tende a uma pressão política, econômica, militar e informativa.

O processo de construção de um novo modelo policêntrico de mundo é acompanhado pela crescente instabilidade global e regional. São aguçadas as contradições relacionadas com o desnível do desenvolvimento mundial, aprofundando o fosso entre os níveis de bem-estar dos países que lutam por recursos, acesso a mercados, e controle sobre as artérias de transporte. A concorrência entre Estados-Membros abraça cada vez mais os valores e modelos de desenvolvimento social, recursos humanos, científicos e tecnológicos. De particular importância neste processo, está a disputa pela liderança no desenvolvimento dos oceanos e do Ártico.

As atividades dos serviços de inteligência estrangeiros e das organizações estrangeiras são mais frequentemente observadas na estratégia como uma ameaça à segurança nacional e à ordem constitucional do que os riscos das atividades das organizações terroristas. “A luta pela influência na arena internacional envolve todo o espectro político, financeiro, econômico e os instrumentos de informação. Bem como, cada vez mais é utilizado o potencial dos serviços especiais” (inteligência, atores não estatais e ações subversivas).

Há uma clara identificação que nas relações internacionais não irá se reduzir o papel do fator força. O desejo de construir e modernizar as armas ofensivas,

criando e implantando novos equipamentos como os Armamentos Remotamente Pilotados (ARPs) de Combate, enfraquece o sistema de segurança global, bem como o sistema de tratados e acordos no domínio do controle das armas. As regiões Euro-Atlântica, Eurásia e Ásia-Pacífico são indicadas como áreas onde não se respeitam os princípios de segurança igual e indivisível. Em regiões vizinhas da Rússia desenvolvem-se processos de militarização e a corrida armamentista.

A OTAN continua a ser vista como um dos principais opositores e como ameaça. As ameaças do Estado islâmico são avaliadas de ordem mais baixa do que a ameaça representada pela OTAN/Estados Unidos, apesar dos riscos objetivos do EI no Cáucaso e na Ásia Central.

A capacidade do poder da organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e suas funções globais, implementadas em violação das normas do direito internacional, geram um aumento da atividade militar dos países do bloco e a expansão da Aliança, numa aproximação de sua infraestrutura militar em direção de fronteiras da Rússia, sendo uma ameaça à segurança nacional. A possibilidade de manutenção da estabilidade regional e global é consideravelmente reduzida quando colocado na Europa, Ásia-Pacífico e Oriente Médio o componente do sistema de mísseis da defesa dos Estados Unidos, em termos de aplicação prática do conceito do “impacto global”, implantando os sistemas de armas de precisão não nucleares estratégicos, bem como no caso da colocação de armas no espaço sideral. (ESNFR, Art 15)

A posição do Oeste visa combater processos de integração e criar tensões na região euroasiática, tendo um impacto negativo sobre a realização dos interesses nacionais russos. Os Estados Unidos e o apoio da União Europeia ao golpe inconstitucional na Ucrânia levaram a profundas divisões dentro da sociedade ucraniana e criou um estado de conflito armado. O reforço da ideologia nacionalista de extrema-direita, formação proposital da população ucraniana da imagem inimiga da Rússia, a aposta nua na resolução de contradições internas, uma crise de fundo socioeconômico fazem da Ucrânia em viveiro a longo prazo da instabilidade na Europa e diretamente sobre as fronteiras da Rússia. (ESNFR, Art 17)

A prática de derrubar os regimes políticos legítimos, provocando conflitos e instabilidade doméstica está se tornando mais generalizada. Juntamente com as tensões contínuas no Oriente Médio, África, sul da Ásia e península coreana aparecem novos pontos de acesso, ampliando a zona não controlada pelas autoridades de qualquer Estado. Territórios com conflitos armados tornaram-se uma base para

a propagação do terrorismo, do ódio étnico, do ódio religioso e outras manifestações de extremismo. O surgimento de uma organização terrorista, que se declarou “Estado Islâmico”, e o fortalecimento de sua influência resultou da política de duplicidade que alguns Estados aderiram no domínio da luta contra o terrorismo. (grifo do autor – ESNFR, Art 18)

Destaca-se que a abordagem de bloco contínuo na resolução de problemas internacionais não é propícia para o decisor devido a toda a gama de ameaças e desafios modernos. Como exemplo, a intensificação dos fluxos migratórios da África e do Oriente Médio à Europa mostrou a inépcia de um sistema regional de segurança na região Euro-Atlântica com base na União Europeia e na OTAN.

No cenário descrito, são levantadas várias situações problemas, destacando-se: que novas formas de atividades criminosas tendem a surgir, em especial com o uso da informação, da comunicação e da alta tecnologia, agravadas pelas ameaças representadas pela migração descontrolada e ilegal, pelo tráfico de seres humanos, pelo tráfico de drogas e outras formas de crime organizado transnacional. Bem como, a situação da população de mundial, agravada pelos problemas do meio ambiente e segurança alimentar tendem a agravar-se. Tornar-se-á mais palpável a escassez de água doce e os efeitos das alterações climáticas. Haverá a propagação de epidemias, muitas das quais são causadas por vírus novos e desconhecidos.

Finaliza indicando que a crescente influência de fatores políticos em processos econômicos, bem como as tentativas de usar métodos econômicos de Estados individuais, como ferramentas financeiras, comércio, investimento e tecnologia serão condições para lidar nos desafios geopolíticos, enfraquecendo a estabilidade do sistema de relações econômicas internacionais. No contexto dos desequilíbrios estruturais na economia mundial e sistema financeiro, o crescimento da dívida soberana e a volatilidade dos mercados de energia continuam a ser um alto risco de recorrência das crises financeiras e econômicas em grande escala.

Conclui-se parcialmente que, a fim de proteger os interesses nacionais, a Rússia desenvolve uma política externa aberta, racional e pragmática que exclui a confrontação onerosa (incluindo uma nova corrida armamentista). Contudo, o uso da força militar para proteger os interesses nacionais é possível somente se todas as medidas de não-violência provarem ser ineficazes.

2.3 Nos artigos 30 e 31, são apresentados os **interesses nacionais e prioridades estratégicas**.

São os interesses nacionais russos de longo prazo: reforçar a defesa nacional, salvaguardar a inviolabilidade da ordem constitucional, soberania, independência, do Estado e da integridade territorial da Federação Russa; reforçar a coesão nacional, o desenvolvimento das instituições democráticas, estabilidade política e social, a melhoria dos mecanismos de interação da sociedade civil com o

Estado; melhorar a qualidade de vida, promoção da saúde, garantindo uma estável evolução demográfica do país; preservar e desenvolver a cultura, valores morais e espirituais tradicionais russos; melhorar a competitividade da economia nacional; estabelecer, para a Federação Russa, um status de uma das principais potências mundiais que visam a manutenção da estabilidade estratégica e parcerias mutuamente benéficas no contexto do mundo policêntrico.

Assegurar os interesses nacionais é realizado através das seguintes Prioridades Estratégicas:

- Defesa Nacional;
- Estado e segurança pública;
- Melhoria da qualidade de vida dos cidadãos russos;
- Crescimento econômico;
- Ciência, tecnologia e educação;
- Cuidados em saúde;
- Cultura;
- Ecologia de sistemas vivos e gestão ambiental; e
- Estabilidade estratégica e parceria estratégica igualitária.

As Prioridades Estratégicas são comparadas aos Objetivos Estratégicos (OE) da estratégia brasileira.

2.4 A quarta área, denominada de “**Garantindo a Segurança Nacional**” (Обеспечение национальной безопасности) é composta por nove subáreas correspondendo às Ações Estratégicas e Diretrizes Governamentais para a consecução dos OE.

Para cada subárea, a forma de apresentação é sempre a mesma, variando em quantidade de parágrafos. Inicia com as ameaças internas e/ou externas e vulnerabilidades russas para cada subárea; passa para a identificação de ações estratégicas; e, se necessário, realiza o detalhamento de algum ponto e/ou conceito; finaliza com medidas excepcionais, não listadas nas ações.

Como exemplo, para a Subárea da Melhoria na Qualidade de Vida, existem oito ações estratégicas e, para uma ação — segurança alimentar - destaca-se o artigo 54 com o detalhamento complementar em mais oito ações.

2.4.1 Dentre as ações estratégicas para o **OE Defesa Nacional**⁷ (Оборона страны), observa-se que a concretização dos objetivos estratégicos de defesa da Rússia é desenvolvida no âmbito da implementação da política militar de **dissuasão estratégica** e de prevenção de conflitos militares, melhorando **a organização militar do Estado**, por meio de formas e maneiras de uso das Forças Armadas, ensino e órgãos militares, melhora a prontidão de mobilização das Forças da

6 Estratégia de Segurança Nacional da Federação da Rússia, 2015, Art 32º ao 107º.

7 Estratégia de Segurança Nacional da Federação da Rússia, 2015, Art 33º ao 41º.

Federação Russa e preparação da defesa civil. As principais disposições da política militar e as tarefas econômico-militares que garantem a defesa do país contra perigos militares e ameaças militares são definidas na doutrina militar da Rússia.



Figura 2 – Representação da visão estratégica Russa do Centro de Estudos Estratégicos.

(Fonte: Centro de Estudos Estratégicos da Federação Russa)

Cabe salientar que a dissuasão estratégica mencionada e a prevenção de conflitos militares são realizadas através da manutenção de uma força de dissuasão nuclear a um nível suficiente (entenda-se quantidade), além das demais forças armadas em um determinado grau de prontidão. A título de conhecimento, a Rússia possui seis ramos: Força Terrestre, Força Aérea, Força Naval, Força Aeroterrestre, Força Estratégica de Mísseis e as Forças de Segurança.

A melhoria da organização militar do Estado é exercida com base na identificação antecipada de ameaças militares existentes e potenciais (prioridade para a Inteligência), pelo balanceamento de componentes de desenvolvimento da

organização militar, reforço das capacidades de defesa e equipamentos das forças armadas e pelo desenvolvimento de um inovador e moderno complexo militar industrial de armas, equipamentos militares e material espacial.

É objetivo de Defesa Nacional melhorar as formas e métodos (Doutrina) de utilização das forças armadas, fornecendo um oportuno cenário de todas as tendências na natureza das guerras e conflitos armados, criando condições para a realização mais completa dos recursos de combate das tropas (PRC), a formulação de exigências para o ensino e novas estratégias militares.

2.4.2 As ações estratégicas para o OE **Estado e a Segurança Pública**⁸ (Государственная и общественная безопасность) possuem identificadas oito principais ameaças, destacando-se: a inteligência e/ou outras atividades de serviços especiais e as organizações de Estados estrangeiros e/ou indivíduos prejudiciais para o interesse nacional (Nr 1 da lista) e a corrupção (Nr 7), dentre outros.

Estabelece sete medidas estratégicas para combater as ameaças, sendo destacada a ação estratégica de reforço na área de fronteira através da solução de litígios fronteiriços existentes, com a implantação de sistemas multifuncionais de alta tecnologia na área de fronteira, sistemas que melhoram a eficiência das atividades de fronteira, melhoram a cooperação entre agências e cooperação de fronteira interestatal, realçando a formalização jurídica internacional da fronteira do Estado e o desenvolvimento socioeconômico das regiões fronteiriças.

2.4.3 As ações estratégicas para a **Melhoria da qualidade de vida dos cidadãos russos**⁹ (Повышение качества жизни российских граждан) visam garantir a segurança alimentar, maior disponibilidade de acomodações confortáveis, alta qualidade de produtos e serviços seguros, educação e saúde, instalações desportivas, criando postos de trabalho de alto desempenho, bem como condições favoráveis para a melhoria da mobilidade social, a qualidade do trabalho, um salário decente, suporte ao emprego socialmente significativo, objetivos sociais sustentáveis, disponibilidade de infraestruturas de engenharia e transporte para pessoas com deficiência e ações de combate ao terrorismo em colaboração com a sociedade¹⁰.

São estipuladas oito ações estratégicas para a segurança alimentar, destacando-se a melhoria da fertilidade do solo (evitar a exaustão), e a redução de fazendas e terras de cultivo, bem como o treinamento de “trabalhadores científicos” (entende-se agrônomos) e especialistas no campo da agricultura.

2.4.4 As ações estratégicas para o **Crescimento Econômico**¹¹ (Экономический

8 Estratégia de Segurança Nacional da Federação da Russa, 2015, Art 42º ao 49º.

9 Estratégia de Segurança Nacional da Federação da Russa, 2015, Art 50º ao 54º.

10 Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa, 2015, Art 53º.

11 Estratégia de Segurança Nacional da Federação da Russa, 2015, Art 55º ao 66º.

пост) são tratadas em nível político, com ênfase em quinze ações de implantação de uma política socioeconômica do Estado.

Além de destacar as vulnerabilidades russas na área energética, salienta que uma das principais diretrizes de segurança nacional no campo econômico, a longo prazo, é aumentar o nível de segurança energética. As condições necessárias para garantir a segurança energética são: a melhoria da eficácia da administração pública dos combustíveis e energia complexa; confiabilidade e segurança de fornecimento de energia aos consumidores; fortalecimento tecnológico do país no mercado global de energia; introdução de tecnologias promissoras de economia de energia e eficiência energética; reciclagem de energia; evitar a discriminação contra os fornecedores de energia russa em mercados estrangeiros e mineradores russos no desenvolvimento dos depósitos de hidrocarbonetos fora da Rússia, contra as tentativas de alguns Estados de regular os mercados de energia¹² com base na política ao invés de viabilidade econômica; desenvolvimento de tecnologias de poupança de energia promissoras; e intercâmbio internacional.

2.4.5 A fim de atingir objetivos de segurança nacional nos domínios da **Ciência, Tecnologia e Educação**¹³ (Наука, технологии и образование) foram elencadas quinze Ações Estratégicas. Dentre elas se destacam: melhorar a qualidade dos cientistas, engenheiros e técnicos capazes de resolver tarefas de modernização da economia russa, baseada na inovação tecnológica; assegurar o desenvolvimento da ciência e da educação, o desenvolvimento de tecnologias competitivas e projetos de produtos de alta tecnologia; a organização intensiva da ciência de produção; e aumentar as perspectivas de desenvolvimento de alta tecnologia (engenharia genética, robótica, Ciências da vida, informação e comunicação, tecnologias cognitivas, nanotecnologia, tecnologias convergentes de natureza semelhantes).

2.4.6 Nos artigos 71 ao 75, estão apresentadas quatro Ações Estratégicas para a **Saúde** (Здравоохранение) e dezesseis medidas relacionadas, destacando-se a criação de condições para o desenvolvimento da indústria farmacêutica, superando as dificuldades em matérias-primas e a dependência tecnológica de fornecedores estrangeiros, bem como a disponibilidade de medicamentos de alta qualidade, eficazes e seguros.

2.4.7 Nas Ações Estratégicas para a **Cultura**¹⁴ (Культура), é identificada a predominância do espiritual sobre o material, como uma meio base de valores para o crescimento dos líderes russos e o bem-estar da população, o que exigirá o aumento do envolvimento do governo nas esferas culturais para evitar a crise

12 Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa, 2015, Art 61°.

13 Estratégia de Segurança Nacional da Federação da Russa, 2015, Art 67° ao 70°.

14 Estratégia de Segurança Nacional da Federação da Russa, 2015, Art 76° ao 82°.

social e o descontentamento crescente. A estratégia contém um claro marco para limitar a influência da cultura estrangeira na sociedade russa, que é na verdade uma repetição da política soviética - cortina fechada - durante a Guerra Fria.

Há suporte e apoio para a expansão da língua russa, em conjunto com a interpretação de propaganda da história, continuando a ser um elemento básico da política da Rússia no domínio da cultura, incluindo o desenvolvimento de projetos de telecomunicação para o ensino.

2.4.8 Nas Ações Estratégicas para o domínio da **Ecologia de Sistemas Vivos e Gestão Ambiental** são identificados vários problemas relativos à economia “predatória” que poderão causar desequilíbrios ambientais, com reflexos para a agricultura e a saúde. Para tanto, as ações são planejadas para o longo prazo e, em médio prazo, para os meios de defesa civil, a fim de melhorar o combate aos incêndios e desastres naturais.

2.4.9 Ações Estratégicas para a **Estabilidade Estratégica e Parceria Estratégica igualitária**¹⁵ (Стратегическая стабильность и равноправное стратегическое партнерство) – A Rússia considera as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança como um elemento central de um sistema de relações internacionais. É objetivo da Federação Russa o reforço à cooperação com os parceiros dentro do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), do RIC (Rússia, Índia, China), da Organização de Cooperação de Xangai, da APEC (Cooperação Econômica do Fórum Ásia-Pacífico), do “G 20” e de outras instituições internacionais.

A Federação Russa contribui totalmente para o reforço da União Europeia com vistas à maior integração, modernização global, desenvolvimento sustentável, cooperação e aumento da competitividade das economias dos Estados-membros da União na economia global, bem como para melhorar a qualidade de vida das suas populações, garantindo a livre circulação de bens, serviços, capital e do trabalho, implementação de projetos de infraestrutura e investimentos conjuntos.

A Federação Russa desenvolve relações com a parceria abrangente e interação estratégica com a República Popular da China como um factor chave na manutenção da estabilidade regional e global. Bem como, atribui um papel importante de parceria estratégica privilegiada com a República da Índia.

A Rússia também mantém os arsenais e pretende continuar a participar dos fóruns de discussão sobre limitação de arsenais nucleares; contribui para o reforço da estabilidade regional, através da sua participação no processo de redução e limitação de forças convencionais, bem como o desenvolvimento e aplicação de medidas de confiança no campo militar; promove o sistema de segurança da informação internacional. Está mantendo em nível dissuasório as armas ofensivas estratégicas. E considera que, nas relações com a OTAN, permanece inaceitável

¹⁵ Estratégia de Segurança Nacional da Federação da Rússia, 2015, Art 83º ao 86º.

para a Federação Russa a construção de capacidades militares da Aliança e a aproximação da infraestrutura militar próximo das fronteiras da Rússia, bem como a criação de um sistema de defesa antimísseis, tentando bloquear a investidura de funções globais, implementada em violação das normas do direito internacional.

2.5 A quinta Área é dedicada à **Implementação de Estrutura Organizacional, Legal e Informativa**¹⁶ da estratégia (Организационные, нормативно-правовые и информационные основы реализации настоящей Стратегии).

A fim de implantar a estratégia, a liderança e responsabilidade são executadas pelo Presidente da Federação da Rússia. Com vistas a melhorar a governança, o planejamento estratégico na área de segurança nacional e o planejamento do desenvolvimento socioeconômico da Federação Russa, foram desenvolvidos e publicados os documentos de planejamento estratégico, bem como foram adotadas medidas para a formação de especialistas qualificados no campo da segurança nacional e em planejamento estratégico.

Existe no governo Russo o Sistema Federal de Informação Estratégica, o qual serve como base de informação / conhecimento para a implementação da estratégia. Neste sistema, há recursos informativos dos órgãos dos poderes estaduais e órgãos municipais, centros de sistemas situacionais e organizações públicas de pesquisa, além de que na aplicação da estratégia é dada especial atenção aos sistemas que garantem a segurança da informação.

2.6 Fechando o documento, está a sexta e última área de abordagem, os artigos 115 e 116, nos quais são identificados os **Principais Indicadores de Segurança Nacional** (Основные показатели состояния национальной безопасности). São eles: o grau de satisfação dos cidadãos na proteção dos seus direitos e liberdades, no nível pessoal e nos interesses de propriedade, incluindo contra ações criminosas; andamento dos modernos projetos de modelos de armas, equipamentos especiais e militares das forças armadas da Federação Russa, outras tropas, formações militares e órgãos; expectativa de vida; o produto interno bruto per capita; a relação do “decil” (a taxa de rendimento dos 10 por cento mais abastados e dos 10 por cento menos abastados); a taxa de inflação; o nível de desemprego; a parte das despesas no produto interno bruto para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e educação; a proporção do produto interno bruto para as despesas de cultura; a proporção do território da Federação Russa, não correspondendo às normas ecológicas.

Cabe salientar que a lista de indicadores fundamentais sobre o estado de segurança nacional poderão ser refinados / modificados com base nos resultados da sua “monitoração” (termo russo para acompanhamento).

16 Estratégia de Segurança Nacional da Federação da Rússia, 2015, Art 87º ao 107º.

3. CONCLUSÃO

Este estudo apresentou a Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa até o ano de 2020 a título de conhecimento para futuras análises.

O ponto interessante desta estratégia Russa, em comparação com as de 1997 e de 2009, é que esta apresenta uma avaliação de risco para o sistema militar, político e econômico da Federação da Rússia, bem como a visão do Kremlin quanto à situação de desenvolvimento no entorno da Rússia.

A visão oficial apresentada na Estratégia estima que, até a presente data, há a formação de um mundo policêntrico. Apesar disso, o desenvolvimento da política externa Russa está sob consideração no confronto com os Estados Unidos e a OTAN, ou seja, dentro do modelo bipolar.

Há uma grande preocupação sobre a influência externa da Federação Russa. Medidas militares são definidas como ações tomadas em caso de falha para atingir as metas através da diplomacia. Assim, o uso da força militar está além do escopo da defesa por necessidade. Em comparação com o conteúdo da revisão mais recente da doutrina militar Russa, isto pode indicar uma transição ofensiva de conceitos com o objetivo de conquistar posições na política externa através do uso de força. Logo, as operações militares na Ucrânia, na Líbia e na Síria estão sendo consideradas como uma demonstração da capacidade de proteger os direitos dos compatriotas no exterior, bem como o reforço do papel da Rússia na resolução de conflitos e grandes problemas internacionais.

A estratégia carrega uma mensagem sobre a importância militar da Rússia para o período até 2020. Prioridades militares são mais elevadas que as socioeconômicas. Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos russos só se apresenta em terceiro lugar. PD&I é visto como o motor da indústria e da tecnologia. Ao mesmo tempo, a estratégia salientou que a Rússia evita a corrida armamentista.

A OTAN continua a ser vista como um dos principais opositores e como forma de ameaça. O Estado Islâmico e suas ameaças são avaliados como risco mais baixo do que a ameaça representada pela OTAN/Estados Unidos, apesar dos riscos objetivos do EI no Cáucaso e na Ásia Central.

As atividades dos serviços de inteligência estrangeiros e organizações estrangeiras são mais frequentemente observadas como uma ameaça à segurança nacional e à ordem constitucional do que os riscos das atividades das organizações terroristas.

Por outro lado, o sistema constitucional, a unidade da sociedade russa, a estabilidade social, a harmonia étnica e a tolerância religiosa foram identificados como pontos mais vulneráveis na segurança nacional do país.

Uma análise geral do documento sugere que os dirigentes russos, para controlar o seu próprio território, necessitam de um sistema político estável e integridade territorial. Além disso, há a alta probabilidade de que a Rússia não tenha apenas problemas étnicos, mas também o conflito social caso venha a configurar as suas

estimativas até 2020, sem as ações estratégicas implementadas.

As atividades destinadas à “destruição dos valores morais e espirituais tradicionais” são definidas como ameaças ao Estado e à segurança pública. Este tipo de ameaça é indicativo para reforçar a segurança de fronteiras, o aumento da atividade das forças de segurança (FSB) e possíveis restrições sobre os direitos e as liberdades da população da Federação Russa, em determinados casos.

As disposições da Estratégia mostraram o esforço do Estado sobre o controle do ciberespaço, das leis, da segurança de TI e restrições a influências externas. Ocorreu uma alteração da lista de ameaças para as atividades relacionadas com o uso de tecnologias de informação e com a utilização das telecomunicações para a divulgação e promoção da ideologia do fascismo, extremismo, terrorismo e do separatismo, com fins a causar danos à estabilidade política e social na sociedade. Tal posicionamento atesta a pressão contínua sobre os canais de distribuição de informação, reforço dos controles na Internet, especialmente nas redes sociais.

O posicionamento estratégico assumido é no sentido da implantação de complexos de alta tecnologia e multifuncionais na fronteira da Rússia. Juntamente com estimativas de alto risco por parte dos cidadãos russos que participam nas atividades das organizações terroristas internacionais, no exterior, previu um aperto dos regimes nacionais de segurança e fronteira sobre o território da Rússia, bem como a política de migração. A migração de trabalho do mercado russo para países vizinhos poderá encolher. Ao mesmo tempo, a chegada progressiva de estrangeiros especialistas é incentivada por Moscou, bem como o incentivo à migração de trabalhadores migrantes do exterior para a residência permanente na Rússia, a distribuição dos migrantes pelas regiões da Rússia, dependendo de suas necessidades no mercado de trabalho.

Um elemento importante na estratégia que diferencia essencialmente o conteúdo da doutrina militar da Federação Russa é a menção repetida dos riscos do uso de armas químicas e biológicas, bem como uma referência para a expansão da rede de laboratórios biológicos militares dos Estados Unidos em países adjacentes (Ucrânia, Cazaquistão e Geórgia).

A estratégia reconhece o atraso da economia e sua baixa competitividade.

Apesar das sanções contra a Rússia e o agravamento das relações com os principais países do mundo, o governo avalia como positivo o nível de resistência a declarações e à pressão externa, observa também a capacidade de preservar e reforçar a sua liberdade de ação. Ao mesmo tempo, o documento enfatiza o impacto negativo na economia nacional das sanções impostas contra a Rússia.

No setor agrícola, deverá reforçar a tendência para a substituição de importações, por meio da discriminação contra produtores estrangeiros e aumentar os investimentos no produto nacional.

Os Planos de Moscou para alcançar o crescimento econômico são no sentido do reforço da regulamentação estatal na economia, bem como maior suporte

para fabricantes russos de material militar, alimentos, tecnologia da informação, produtos energéticos, agricultura e complexos farmacêuticos.

O conteúdo da estratégia dá motivos para afirmar que há a deterioração russa de indicadores socioeconômicos da economia devido a sanções, sendo um fator tangível, porém oculto.

O documento contém informações sobre a redução da produção de minerais importantes e sobre a deterioração e perda da base de recursos. Os dirigentes russos consideram a realidade, em longo prazo, do déficit de recursos minerais, água e bens biológicos.

O suporte e expansão da língua russa em conjunto com a interpretação de propaganda da história continuam a ser um elemento básico da política da Rússia no domínio da cultura. As ações, no período pós-soviético, são no sentido do desenvolvimento de projetos de educação a distância (EAD).

Na política externa, o "Kremlin" está envidando esforços para formar o seu próprio eixo de influência. A ênfase na parceria igualitária significa que Moscou vai fazer uma aposta no desenvolvimento das relações com outros parceiros: África e América Latina.

Existe a prioridade nas relações com as alianças e associações de países identificadas da APEC, SCO e BRICS. Há sinais do governo Russo para alcançar posições de liderança no âmbito do SCO. Fortalecer as direções leste da política externa levará a um aumento de parcerias com Pequim.

A Rússia vai continuar sua política de integração da área de influência, executando o desenvolvimento de projetos regionais e sub-regionais, como a Comunidade Econômica Eurasiática (CEEA) e com países do *Collective Security Treaty Organization* - CSTO.

Manter o controle sobre o espaço pós-soviético é considerado pelos dirigentes russos como um dos pilares da segurança nacional.

Neste sentido, a Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa foi vista como o documento “núcleo” para o planejamento estratégico, determinando os interesses nacionais e prioridades estratégicas, suas metas, objetivos e medidas no domínio da política interna e externa, destinada a reforçar a segurança nacional da Rússia e assegurar o desenvolvimento sustentável do país para longo prazo.

REFERÊNCIAS

RÚSSIA. Decreto do Presidente da Federação Russa nº 1300, de 17 de Dezembro de 1997, Об утверждении Концепции национальной безопасности Российской Федерации (Conceito de Segurança Nacional da Federação Russa). Disponível no site <<http://www.scrf.gov.ru/>> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

_____. Decreto do Presidente da Federação Russa nº 537, de 12 de Maio de 2009, Стратегии национальной безопасности Российской Федерации (Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa). Disponível no site <<http://pravo.gov.ru/proxy/ips/?docbody=&nd=102129631>> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

_____. Decreto do Presidente da Federação Russa nº 683, de 31 de Dezembro de 2015, Стратегии национальной безопасности Российской Федерации до 2020 года. (Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa até o ano de 2020). Disponível no site <<http://pravo.gov.ru/proxy/ips/?docbody=&prevDoc=102129631&backlink=1&nd=102385609>> Acesso em: 01 de novembro de 2016.

NEW PERSPECTIVES: REFLECTIONS FROM BRAZILIAN ARMY STRATEGIC STUDIES INTERNATIONAL COURSE (BASSIC) AND STRATEGIC STUDIES TRIP (SST)

Coronel Ex USA Mark Stiefbold¹

1. An intriguing method to assess national strategic issues is to invite partner nations to come learn about them, and then see what questions they ask. Viewing the issues through lenses shaped by different cultural, economic and military experiences can broaden one's own perspective. This report seeks to achieve that by reviewing observations and assessments from a 2 – 15 Oct 2016, Strategic Studies Trip (SST) made by eight partner nation officers. Briefings for the officers occurred at strategic sites throughout Brazil. This included civilian institutions, military commands and training schools, and key civilian industries located in the Brasília, Manaus, São Paulo, and Foz do Iguaçu regions. The accumulated experiences provided examples of how Brazil, at the national, regional, and local level, strives to balance Defense, Social and Economic Development and Ecological Preservation objectives. Both the successes achieved and opportunities for continued progress were evident. The paper discusses each region in the order visited, highlighting information, challenges, and opportunities that resonated with participants.

The officers were participants in the Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Brazilian Army Strategic Studies International Course (BASSIC). This four-month long program combined eight officers from partner nations with four Brazilian Army officers to study strategic issues. Most participants were senior Colonels; their prior experience included an armor brigade commander battling Boko Haram, the head of Army Procurement, a senior aviator planning air operations for a United Nations mission, and others with as diverse

1 O autor foi aluno do Curso Internacional de Estudos Estratégicos (CIEE) da ECEME em 2016

and engaging experiences.² This paper presents the group's observations in order to provide new perspectives to their Brazilian colleagues. To be clear, the BASSIC participants do not know the issues better, but they do know them different. BASSIC participants mulled over these topics during their many lengthy bus, plane, and even boat rides criss crossing the vast and beautiful terrain of Brazil. As the Brazilian military continues to transform, the intent is for these different perspectives to facilitate beneficial debate.

The SST enables BASSIC participants to see first-hand the execution of studied concepts. For example, issues first raised by Defense Industry Economics, and Entrepreneurship in Brazil lecturers organized by Fundação Getulio Vargas (FGV) were further explored through meetings with managers of Brazilian defense industry companies. Likewise, BASSIC lectures by experienced foreign policy advisors and international relations specialists, such as Celso Amorim (Brazil's Foreign Minister 1993-1995; 2003-2011; Minister of Defense 2011-2014), and Dr. Renato Flores (FGV lecturer, member Brazilian Center for International Relations) provided context for meetings in Brasília on the foundational underpinnings of Brazilian military strategy and defense priorities. With the SST including visits to frontline military units and some of Brazil's premier military training schools, the process for government policies becoming implement actions was evident.

2. Lecturers prior to the SST discussed the constitutional and policy basis for the Brazilian Military. Building on this, discussions in **Brasilia** at the Brazilian Army (BA) Headquarters covered the strategic planning process, current objectives and correlation with the National Policy of Defense (NPD). Discussion on the BA strategic plan (2016-2019) included current challenges with respect to inadequate funding and maintaining the political will to implement multi-year programs. This is not a situation unique to Brazil. The participants could commiserate with the challenge of having more priorities than budget dollars to support. There was similar consensus on the importance of having clear project goals and transparent project management, particularly on budgeting, resource requirements, and scheduling demands. The group acknowledged the importance of succinctly explaining both funding requirements and corresponding military capability benefits to civilian leadership. For the BA this includes incorporating the expected social benefits and Defense Industry support into the explanation. Knowing that your colleagues / partner nations share similar challenges brings those in the profession of arms closer together. This facilitates idea sharing and optimizing of common processes.

2 Article includes perspectives from ECEME BASSIC 2016 participants: COL António Cavaleiro (POR), COL Fahad Eid S. Almatrif (KSA), COL Garba (NIG), COL Nkukwana (SA), COL Andreas Pfeiffer (DEU), COL Carlos Diez de Diego (ESPAÑA), COL Mark A. Stiefbold (USA), LTC Syed Unka Ali (PAK).

The Ministry of Defense (MoD) briefing summarized how the NPD was implemented across the different services (Army, Air Force and Navy), to include service specific procurement priorities. The review noted strategic defense priorities, such as defending the “Blue Amazon”, the name Brazil uses for their territorial South Atlantic waters, and border and territorial security in the Amazon. Many questions were raised that could not be addressed during the session. For example: How were the effectiveness, cost and social program benefits of different methods for defending the Blue Amazon assessed? Understanding this would open a window into both the inter-service budgeting process and the methodology for assessing multi-year strategic procurement projects.

The MoD also discussed the importance of power projection. Brazil’s aircraft carrier was used as an example of this. Admittedly, this caused some confusion as the BASSIC participants observed the carrier sitting idle in Rio de Janeiro awaiting repairs and aircraft. This led participants to ask if, given Brazil’s positive role in the United Nations’ Haiti and Lebanon peacekeeping missions, a helicopter assault ship would not provide a more cost effective, and utilized platform for Brazil’s planned force projection. Admittedly, anytime a group of Army officers begins to discuss better uses for an aircraft carrier you know they are operating far from their knowledge base. Yet comparing different options for delivering a needed military capability is the type of interrelated budget decision that militaries face. Hence, understanding the decision making process is invaluable. For future BASSIC participants, a panel discussion on strategic challenges and the civilian and military policies to confront them is proposed. Participants could include both senior MoD civilians and senior military representatives from each branch of service.

At the Land Operations Command (COTER), BASSIC participants saw first-hand a well-organized staff structure. The presentation included describing the involvement of the military in domestic social and economic development projects. This was a unique approach for many BASSIC participants and raised the following questions for further study:

- Given the budget climate, how will the different domestic military missions (e.g. road building, enforcement/pacification operations, medical outreach) be prioritized against participating in Peace Keeping operations, force projection, and border security?
- Who should be responsible (Federal or State budgets) for wear and tear on military equipment used in domestic security missions? How do responsibilities shift if it is domestic security for a national event, such as the Olympics, versus local security, such as favela pacification?

3. Leaving Brasilia, the BASSIC Participants travelled on to the **Manaus** region. Their first session, hosted at Amazon Region Command began with a panel discussion of Navy, Air Force, and Army officers. The focus was on the logistical challenges of providing governance support to the population, demonstrating sovereign control over the region, and interdicting criminal elements in the austere Amazon environment. There is a “strong arm, friendly hand” concept of ensuring the availability of highly capable and sufficient forces for security while providing daily population support. The latter accomplished via Border Platoon Outposts, potentially the only government entity the regional population will ever encounter. The Navy’s mention of having only two hospital ships available for the region highlighted the resource challenges that remain. A representative from the regional civilian led development council provided further insight on the importance of investing in enabling infrastructure, such as broadband internet. Showing the interconnection between environmental, economic, and social policy goals, he presented data explaining how economic growth (in terms of urban employment) reduces deforestation. These examples helped the BASSIC participants grasp the vastness and challenges of providing military, governance and social program support in the Amazon region.

Among the partner nations, the extensive Brazilian military involvement in social infrastructure and domestic security programs would be problematic. From the discussions, it was clear that currently only the Brazilian military has the capabilities to support these programs. Many evening discussions among the participants debated whether this was well suited as a long-term military mission. They wondered what other Brazilian agency has, or could establish, the resources needed to take on the Amazonian infrastructure support and internal security role. This could enable the military to focus on traditional territorial defense, force projection, and peacekeeping missions. Alternatively, is the Amazon regional support provided by the military an example of a quintessential Brazilian solution to a challenge: Dedicated professionals adapting the available resources to meet an existing need.

Transitioning from discussions on government policy and strategic perspectives to tactical training, the BASSIC participants next went to the Brazilian Army’s Jungle Warfare Training Center (CIGS). The center is recognized worldwide for its high quality training to include an innovate zoological approach. Originally established exclusively to familiarize CIGS trainees with the flora and fauna of the Amazon, the CIGS Zoo is now also used to facilitate youth education programs, research, and tourist awareness of Amazon bio-diversity. It accomplishes this while still supporting the CIGS military trainees. This includes a group of international students (Nigeria, Poland, China, U.S., U.K, and others) that BASSIC participants observed going through the program. The student group demonstrated both the value other nations perceive in the training as well as Brazilian

efforts to develop relations across partner nations, even when those nations may have conflicting aims in other parts of the world. This was an execution example of the non-aligned foreign policy principal that the BASSIC students discussed with FGV lecturers.

4. From Manaus, the participants next went to the **São Paulo** region. Their first visit was to Avibras in São José dos Campos. This company is clearly focused on meeting the needs of their primary customer, the Brazilian Armed Forces and in particular the Brazilian Army. The full-time presence of an Army Officer at Avibras monitoring project planning and execution facilitated this. Likewise, Avibras supports the MoD goal of developing multiple Brazilian manufactures in the defense industry (primary and secondary suppliers) through its use of approximately 60% Brazilian content in their products. This included the planned sourcing for the Falcão Unmanned Aerial Vehicle (UAV) under development.

The Falcão is intended to tie into the Avibras Artillery Saturation Rocket System (ASTROS II) artillery rocket system as a forward observer / Battle Damage assessor. However, it was not clear to the BASSIC participants how a lightweight UAV fit the expertise of an experienced armored vehicle manufacturer. This example highlights the challenges of prioritizing a purely domestic defense industrial base yet not having guaranteed multi-year funding commitments for new technologies. The project started with the expectation that the prioritization, and hence funding, would endure thereby facilitating the expansion of Avibras into new markets. As many capable UAVs exist in the global market, a question raised was what elements of UAV development would best support Brazil's multiple expectations for its defense industry: Defense Capability, Export Market Competitiveness, Social and Economic Development? Hence, the Falcão could be a catalyst for understanding and optimizing MoD processes for supporting the domestic defense industry and technology development initiatives.

Following Avibras the BASSIC participants went to Embraer, an international leader in civilian aviation. The company presented their foray into purpose built military transport aircraft, the KC-390. With an impressive array of features and planned specifications, the plane is being marketed as a replacement to Lockheed Martin's globally pervasive C-130 aircraft. The KC-390 is expected to significantly enhance the lift capabilities of the Brazilian military and hence enable broader operational flexibility. To execute the project, Embraer is establishing joint ventures in other nations and internationalizing some components (such as KC-390 avionics from the U.S. firm Rockwell Collins, and rear fuselage from Aero Vodochody in the Czech Republic). Recognizing MoD's additional interests in attaining positive economic and social impacts from strategic projects, a question raised was: How does this outsourcing aligns with the technology and defense industry infrastructure development goals of the MoD? The nexus of private industry,

government policy goals, and defense capabilities is highly complex and worthy of additional study.

The Embraer visit also included a discussion on the Integrated Border Monitoring System (SISFRON) under development. This included a review of the challenges of implementing a technology infrastructure support system within an austere environment such as the Amazon. This enabled—as appropriate for a strategic level program like BASSIC—discussions on how defense dollars are prioritized, the challenges of implementing new technologies, and how complex systems are explained to political leaders. All worthy topics that complimented prior lectures. This example highlights an inherent challenge of the BASSIC program: To learn about strategic challenges requires open and frank discussions; that openness may conflict with a government desire to demonstrate a consistently positive, “all is working” message, brushing aside challenges. It is to the significant credit of the BASSIC program organizers and partner firms visited that this balance was well struck: Challenges were professionally discussed so that partner nations could both learn from Brazil’s approach and comment on similar experiences and lessons learned in their own countries. By doing this, the cross-nation profession of arms was enhanced.

The BASSIC participants next toured an ammunition production facility of CBC, a global manufacturer and marketer of munitions, firearms, and ballistic protection devices. This broad, albeit slightly ironic, combination of products ensured that all the partner nations had prior experience with CBC products. CBC ensured that there were both operational and strategic level managers available to meet with the BASSIC participants. This included the General Manager, two vice presidents and several managers responsible for the areas of manufacturing, product management, quality control and Research and Development. This facilitated a discussion on how private industries with a global reach support the MoD goal of growing a domestic defense industry base. Job growth within Brazil was a clear priority along with ensuring the Brazilian based facilities were world-class in terms of quality, productivity, and innovation. Yet, perhaps in conflict with MoD desires, CBC also operates manufacturing sites world-wide to support local markets. This represents an acknowledgement that to serve a global customer base, and the expectations of other countries to realize their own “domestic” benefits, some investment must occur outside of Brazil.

The visit epitomized the win-win potential of partner nations meeting with Brazilian defense industry firms. For the partner nations, they had an opportunity to see how a Brazilian manufacturer implements world-class manufacturing techniques. Specifically, examples of Lean, 5S, Continuous Improvement, Visual Factory, and Set-Up Reduction / Single Minute Exchange of Dies (SMED), were evident. For CBC, it was an opportunity to demonstrate their technical prowess and product mix to senior representatives from customer nations. This included

an opportunity for BASSIC participants to shoot several different Brazilian weapons and ammunition types. True, putting steel on target (rounds down range) is not strategic...but it is fun and builds comradery. It was another reminder that the BASSIC program effectively demonstrates how Brazil can facilitate different nations of the world coming together in friendship.

Between visits to different Defense Industry firms, the BASSIC participants took a short tour within the city of São Paulo. The pervasive homelessness stood in sharp contrast to the modern, efficient manufacturing sites visited. There was a clear dichotomy between the success of global manufacturing leaders like Embraer and CBC and the immense social challenges of extreme poverty. This provided context for MoD's mantra that the Defense Industry must be a force for positive social good, not simply profit seeking enterprises. Incentive programs, such as a special tax regime, support this policy goal. A discussed risk is that regulations attempting to promote social progress may inadvertently stifle private industry innovation and hence global competitiveness and growth. Further analysis of how private companies can succeed within a framework of national expectations and regulatory requirements for social progress is proposed.

The time in São Paulo included a briefing at Southeast Military Command (CMSE). General de Brigada Miranda (Chief of the Staff of CMSE) presented the history and organization of CMSE explaining the types of units, key equipment, missions, command relationships and jurisdictions in the state of São Paulo. This included a discussion on the 74 Tiros de Guerra garrisons that serve as dual military-social program centers, providing young men with a foundation for national service and military ethos. There was also, an intriguing discussion on the growing engagement of China and Russia with West African nations. Specifically, as those countries invest more in the region, shifting economic and political alliances, how will Brazil's strategic and economic relevance in Africa be affected? This is a subject the BASSIC participants propose researching further.

5. Building on the prevailing themes of military readiness, social progress, and economic growth the BASSIC participants next travelled to the **Foz do Iguazu** region. Their first visit was to the 34th BI MEC, where they gained perspective on both the symbolism used to strengthen international relations as well as the expanded capabilities of the Brazilian military. The former was evident from the prominent display of the Brazil, Argentina, and Paraguay flags, as well as the 34th's CDR's (COL Lobo Junior) clear expression of respect for his military colleagues from adjoining nations. Likewise, a battalion (BN) living on "Argentina Ave" and a Brazilian BN called "The BN of Paraguay" are symbolic reminders of Brazilian efforts to build a military culture of transnational collaboration. The BASSIC participants proposed assessing if a regional Transnational and Inter Agency Operations Center would benefit long-term collaboration on security and

joint training actions.

Discussion on the expanded military capabilities included a review of the Guarani, a new, Brazilian produced Vehicle Armoured Personnel Carrier – Medium Wheeled Type (VBTP-MR). This collaborative effort between the Italian truck manufacturer IVECO and the Brazilian Army is an example of Brazil's policy intent to localize defense purchases. Similar to the ASTROS II viewed at AVIBRAS in São Paulo, the Guarani was designed and built with both domestic (Brazil) and export markets in mind. The capabilities—offensive, defensive, mission flexibility—appear well suited for the Brazilian environment characterized as primarily permissive/low-threat. Likewise, the Guarani may be marketed to countries that seek an Armored Personnel Carriers (APC) capabilities without the perceived diplomatic or economic offset obligations incurred when weapons are acquired from other nations. However, the Guarani may struggle commercially in an export market dominated by APC and Mine Resistant Ambush Protected (MRAP) systems that have evolved from deployment to persistent combat and logistically challenging environments. Validating the Guarani design and employment doctrine and enabling both to rapidly adapt to evolving threat capabilities will support both Brazil's domestic defense industry and military capability.



Figure 1: Symbolism matters; COL Lobo with standard room decorations for the 34th BI MEC (Paraguay, Brazil, Argentina Flags)

International collaboration, effective eco-friendly tourism, and the economic contribution of the ITAIPU Hydroelectric plant were effectively conveyed to BASSIC participants. Of particular interest was the bi-national region and associ-

ated collaboration on financing, power (political and electrical), and environmental protection. The visit provided BASSIC participants with specific examples of how Brazil approaches its policy intent of:

- Industrial growth stimulated by access to low cost hydroelectric power;
- Environmental protection through education, research, security and regulatory actions;
- Social progress (improved health care and education access) to benefit indigenous and economically disadvantaged populations



Figure 2: ITAIPU Dam is an effective example of world-class engineering skill coupled with Brazilian (& Paraguayan) efforts to harness social benefits through effective utilization of natural resources.

Currently ITAIPU produces 14K MW of power, with both Brazil and Paraguay having rights to 50% of the total. As Paraguay is only consuming 1.3K MW, Brazil is obligated to purchase the rest at market price, not production price. Brazil's industrial and urban expansion is readily consuming the power, albeit at a cost given the market pricing. This raises a degree of uncertainty that should be assessed; specifically:

- What happens if Paraguay's energy needs increase and instead of "selling" part of their 50% power allocation they seek to use it? The treaty entitles Paraguay to the power...but Brazil is readily consuming it. Is the purchased power easily given up, or a dependency that must be resolved?
- Given the region's current economic malaise, how likely is it that the planned debt pay-off by 2023 will still occur? How can the risk of ITAIPU operating funds and profits being appropriated for other purposes be mitigated?
- What mechanisms—and their historical success/failure rate—exist to deescalate conflicts on the market price of "left-over" power from the Paraguayan energy allocation? What role do transnational institutions, such as the United Nations, have as a catalyst for peaceful resolution of disputes; or do these organizations exacerbate the issues?

Discussing these potentially contentious issues and Brazil's efforts to either avoid or mitigate them would be instructive to the BASSIC participants. This could include:

- Assessment of the bi-national agreement and its successes, limitations and challenges.
- Future implications of Paraguay government and media efforts to promote a different interpretation (or re-assessment) of the power sharing and financing arrangements for ITAIPU.

There are multiple 2nd order effects to the successful operation of the ITAIPU Hydroelectric Plant. Regional employment (3000 employees (half Brazil and half Paraguay), university funding, royalties to 50+ communities, and significant environmental preservation / conservation areas were reviewed. There was significant pride in the successful collaboration ITAIPU has had with the community. Some strains were also apparent, such as frustration with Non-Governmental Organizations (NGOs) & Environmental Groups whose concerns were seen as limiting the development opportunities, to include the construction halt imposed on the University of Latin America Integration (UNILA) site. As one ITAIPU spokesperson put it, "there is no development without energy," but "unfortunately Brazilians have the notion we should not flood...because they do not know that flooding is necessary [i.e. a result of dam construction/power generation]." Having additional discussion on the Brazilian approach to dam-impacted / displaced communities and how the social and financial cost-versus-benefit assessment is made would be a beneficial strategic discussion.

The final visit was to Iguazu Falls where BASSIC participants saw first-hand how Brazil manages a major ecological site. The site poses a challenge as a soft target (light security with multiple choke points) coupled with a large number of international visitors. The site emphasizes increasing the opportunity for international visitors to experience Iguazu Fall's natural wonder while concurrently having a minimum ecological impact. For the BASSIC participants specifically, between a high-speed boat excursion up the Iguazu River to walking through mist-filled observation platforms, the visit was a good team-building experience and capstone to the remarkable natural beauty of Brazil. As the BASSIC participants reflect on and share their experiences they will motivate more of their countrymen to visit and respectfully pay homage to this natural wonder.



Figure 3: “Stunning” is an understatement; Iguazu Falls National Park is well organized and easily navigated by visitors.

6. A program like BASSIC is as valuable as the effort the participants, organizers, and lecturers put in to it. The many military and civilian briefers throughout the trip who collaboratively discussed both capabilities and strategic challenges were instrumental to broadening the perspectives of the BASSIC participants. Likewise, the support from the faculty and staff at ECEME, and in particular COL Luciano and LTC Horita, in organizing and guiding the trip facilitated an excellent learning opportunity. The ideas raised, questions asked, and professional discussions throughout the trip went beyond the borders of mere duty and into the domain of true friendship and mutual respect.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Caso os diplomados queiram participar de nossa publicação, enviando artigos de opinião, resenhas ou mesmo artigos científicos, estes deverão ser encaminhados por via digital para os nossos endereços eletrônicos. www.eceme.ensino.eb.br (padecece@gmail.com)

Os Textos devem ser em "Times New Roman 12" espaço simples com termos estrangeiros em itálico. O tamanho sugerido do artigo deve ser de no máximo 4.000 palavras, podendo ter até 3 (três) ilustrações, com resolução de 300dpi (entre figuras, mapas, imagens, desenhos, fotografias, gravuras, tabelas e gráficos) referidas o mais próximo possível da localização no texto e acompanhadas das respectivas legendas e fontes.

As normas para Referências Bibliográficas e Citações deverão seguir as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 6023 e 10520 respectivamente). As citações deverão ser indicadas no texto pelo sistema de chamada autor-data, sendo sua correlação na lista de referências.

Os autores devem informar, se for o caso, local onde servem (nome da OM, cidade, estado e país) e a mais alta titulação.



ISSN 1677-1885